

FELIPE GABRIEL BRANCO DE SOUZA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AS RELAÇÕES DO IMPÉRIO BRASILEIRO E O PACÍFICO

CURITIBA

2013

FELIPE GABRIEL BRANCO DE SOUZA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AS RELAÇÕES DO IMPÉRIO BRASILEIRO E O PACÍFICO

Monografia apresentada à disciplina de
Orientação Monográfica como requisito parcial à
conclusão do Curso bacharelado e licenciatura em
História, oferecido pelo Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Dennison de Oliveira

CURITIBA

2013

A meu pai.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus, que escrevendo certo por linhas tortas, me fez concluir essa monografia, não da forma como eu gostaria, mas da maneira que deveria ser. Agradeço também ao meu orientador, Dennison de Oliveira, que me auxiliou nas discussões e conselhos sobre essa pesquisa e permitiu que tivesse a liberdade de realizar um estudo no campo que me interessa e da maneira como esta foi feita.

Agradeço a todos os meus amigos (família) que auxiliaram, direta e indiretamente, na construção desta monografia. Diogo Pereira e Érico e João Motta, com o *magic*, Phyllipy Chagas, com “Don’t Stop”, Allan Sklarow com suas visitas inusitadas, Guilherme Augusto, com sua palavra de conhecimento e conforto, Alysson de Deus e Carlos Sikorski, com o Balalaika e Naiara Bastos, pela sua *ventura*. Todos esses fizeram parte da minha vida quando decidi optar pela História como o curso prestado no vestibular e ainda hoje permanecem ao meu lado, recebendo aqui uma singela homenagem, quando estou nos últimos momentos para concluir esse curso. Obrigado pelos momentos na Escola Técnica da UFPR, no Boqueirão, no Cabral e qualquer outro lugar em que mostramos que a S1/S2/S3 de 2004 a 2006 foi a melhor sala do mundo, na melhor escola do mundo.

Aos grandes amigos de bairro Cabral, Carlos Eduardo Marcengo, José Carlos Bezerra, Rafael Miguel, Caíque Marinoni, Diogo Bortolin, Roger e Richar Dolenga, Rodrigo “Polaco” e Rodrigo Gasparin. A todos vocês meus agradecimentos pelas noites e madrugadas que Curitiba nos proporcionou juntos, na parceira de hoje e sempre, em postos de gasolina ou discutindo das grandes guerras e sobre os segredos da sociedade romana em suas vilas.

Aos colegas de ontem, que por questões do tempo, apenas hoje estão no grupo dos melhores amigos, João Guilherme de Paiva e Guilherme Dobrychtop, que compartilham comigo o amor à História, pesquisando e lutando pelo reconhecimento desta área. Ambos em pesquisas de grande qualidade histórica e singularidade, como a escravidão em Curitiba e a análise histórica de revistinhas em quadrinhos.

Às colegas de curso, Vanessa, Rafaela, Bruna, Érica, Annelyse e Anna Beruski, meu obrigado pelo apoio e as risadas sempre presentes em nossas conversas.

E, por fim, a Angelita de Paula, que aqui recebe o final desses agradecimentos devido seu reconhecimento como pesquisadora e (co) orientadora desse trabalho. Sem você, não seria possível o impossível. Essa monografia é nossa.

Essa monografia é de todos vocês.

Obrigado.

“Diplomacia não é um luxo de países ricos, mas um instrumento indispensável e essencial para as nações que almejam obter do exterior os elementos necessários à melhora da qualidade de vida de suas sociedades.”

(Luiz Felipe Lampreia)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o livro “O Império e as Repúblicas do Pacífico: As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822 – 1889)” de Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos. A escolha desse objeto se deve por ser uma obra inovadora, pela profundidade e abrangência com que aborda o tema das relações diplomáticas do Brasil na época do Império. A problemática discutida aqui está em torno da importância que tal obra obteve nos estudos da diplomacia do Império, uma vez que a historiografia brasileira oferece poucas pesquisas em tal campo. Assim, a análise é feita a partir das discussões fronteiriças na América do Sul, os tratados de navegação nos rios do continente, o comércio entre as nações, intenções de se organizarem congressos americanos e as negociações quando o ocorrido da Guerra do Pacífico (1879 – 1883), todas permeadas pela atuação da diplomacia imperial. Por esse ser um campo historiográfico ainda pouco estudado, o trabalho pretende analisar sua fonte principal com demais obras de estudo das relações exteriores do Império do Brasil, visando ser uma contribuição ao assunto, realizando esse pequeno levantamento a respeito dos estudos da diplomacia brasileira, em um período definido, e deixando como sugestão o desenvolvimento de mais obras neste campo da história.

Palavras-chave: Relações Exteriores, Diplomacia, Historiografia

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1 O IMPÉRIO E AS REPÚBLICAS DO PACÍFICO COMO FONTE	9
1.1 O INÍCIO DA POLÍTICA EXTERIOR IMPERIAL	10
1.2 A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA	22
1.3 A GUERRA DA QUÁDRUPLA ALIANÇA E A GUERRA DO PARAGUAI ...	30
1.4 A FORMAÇÃO DAS ALIANÇAS E A GUERRA DO PACÍFICO.....	35
1.5 OS ANOS FINAIS DO IMPÉRIO DO BRASIL	39
2 O IMPÉRIO E AS REPÚBLICAS DO PACIFICO – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	41
2.1 CONTEXTO E ANÁLISE SOBRE A GUERRA DO PACÍFICO	41
2.2 A GUERRA DO PACÍFICO: ANÁLISE DE CANAVEZE.....	46
2.3 FRONTEIRAS, COMÉRCIO E DIPLOMACIA.....	50
3 HISTÓRIA E RELAÇÕES EXTERIORES – A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E POSSÍVEIS QUESTIONAMENTOS	60
3.1 O CONTEXTO DA OBRA.....	60
3.2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E QUESTIONAMENTOS.....	64
3.3 O ALCANCE DESTA OBRA E OS ESTUDOS DIPLOMÁTICOS	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS	68

INTRODUÇÃO

As relações entre o Brasil e as nações andinas (Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia) são discutidas em *O Império e as Repúblicas do Pacífico*, de Luis Cláudio Villafañe Gomes Santos, e será a fonte analisada na presente monografia.

A partir de um grande levantamento realizado no Arquivo Histórico do Itamaraty, o autor construiu essa obra com base em diversas fontes primárias, principalmente as cartas que eram trocadas entre os diplomatas brasileiros e o Império. Dessa form, ao abordar o tema das relações diplomáticas do Brasil, na época do Império, Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos ofereceu um trabalho que possibilitou novos estudos em um campo até então pouco explorado – a diplomacia entre o Império do Brasil e as nações andinas. Isso ocorre devido aos estudos diplomáticos, desse recorte histórico, serem normalmente direcionados às negociações e tratados entre o Império e as repúblicas do Rio da Prata (Argentina, Uruguai e Paraguai), o continente europeu e os EUA¹.

As obras *O estudo das relações internacionais do Brasil: Um diálogo entre a diplomacia e a academia*², de Paulo Roberto de Almeida³, e *O Estudo das Relações Internacionais: Teorias e Realidade*⁴, de Henrique Jorge Medeiros Marinho⁵, serviram como guias de compreensão para a metodologia das relações internacionais e no objetivo de compreender o processo do autor na construção do livro selecionado como fonte, uma vez que a abordagem do tema escolhido foi realizada sob a perspectiva da discussão acerca da diplomacia e das relações exteriores.

A problemática então se define em discutir a importância do livro de Luís Santos entre os estudos das relações exteriores do Império do Brasil. Para isso, os demais textos analisados encontram-se num recorte histórico posterior ao lançamento de nossa fonte, a fim de demonstrar a validade da obra selecionada nesse campo de estudos, uma vez que grande parte delas utiliza o autor em questão como bibliografia.

A escolha dessas demais pesquisas se deu a partir daquelas que estudam as questões levantadas por Luís Santos em nossa fonte: as discussões a respeito das fronteiras da América do Sul, os tratados de navegação nos rios do continente, o

¹ CANAVEZE, R. *O Brasil e a Guerra do Pacífico: as relações do governo brasileiro com Chile, Bolívia e Peru (1879-1890)*. Disponível em:

<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Rafael%20Canaveze.pdf>

f. Acesso em: 18 de Março de 2013.

² ALMEIDA, P. R. *O estudo das relações internacionais: um diálogo ente a diplomacia e a academia*. Brasília: LGE Editora, 2006. 388p.

³ Doutor em Ciências Sociais e Diplomata.

⁴ MARINHO, H. J. M. *O estudo das relações internacionais: teorias e realidade*. São Paulo: Aduaneiras, 2008. 252p.

⁵ Mestre em Negócios Internacionais e professor titular da Universidade de Fortaleza – Unifor.

comércio das nações sul-americanas, as intenções de se organizarem congressos americanos e as negociações quando da Guerra do Pacífico (1879 – 1883).

Além das pesquisas no campo das relações exteriores, outros trabalhos foram utilizados para realizar o levantamento bibliográfico, como, por exemplo, os textos “*O Peru e a Bolívia da Independência à Guerra do Pacífico*”⁶ de Heraclio Bonilla e “*O Chile da Independência à Guerra do Pacífico*”⁷ de Simon Collier, presente na coleção “*História da América Latina*”⁸, organizada por Leslie Bethell. Estes textos são utilizados para se compreender melhor o processo político e econômico que existia no Chile, Bolívia e Peru, para então podermos discutir sobre a Guerra do Pacífico e a atuação das diplomacias sul-americanas, dentre elas a do Império do Brasil.

Quanto a monografia, essa se divide em três capítulos: o primeiro se deteve em realizar uma análise da obra de Luís Santos, apresentando os episódios em que a diplomacia imperial atuou junto as repúblicas andinas, dentro de temas que demonstraram os interesses da política exterior imperial. No segundo capítulo, busca-se comparar a fonte com pesquisas que tangem as relações exteriores do Império brasileiro com as nações do Pacífico, após o lançamento do livro fonte, afim de se apresentar semelhanças, diferenças e somas dentro desse campo historiográfico. Por fim, o terceiro e último capítulo visa redigir comentários sobre o autor e a obra, levantando questionamentos sobre as possíveis motivações que levaram o Luís Santos a realizar seu estudo num campo, que como dito anteriormente, de difícil acesso devido ao reduzido número de trabalhos anteriores. Para isso, será apresentado um pequeno contexto sobre a diplomacia no recorte em que esse trabalho estava sendo realizado e foi lançado.

1 O IMPÉRIO E AS REPÚBLICAS DO PACÍFICO COMO FONTE

Neste capítulo, pretendemos apresentar a fonte desta monografia, o livro *O Império e as repúblicas do Pacífico: As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. O objetivo é levantar alguns pontos importantes que são tratados na fonte sobre as relações exteriores do Império do Brasil, de forma concisa. A discussão destes fatos se encontra no segundo capítulo, quando é realizada uma revisão bibliográfica dessa área de pesquisa após o lançamento da obra em análise. É

⁶ BETHELL, L. (Org.); tradução Maria Clara Cescato. *História da América Latina: da independência a 1870*, volume III. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. P. 541-589.

⁷ Ibid., p. 590-624.

⁸ Ibid., 1013p.

interessante resaltar que neste capítulo as ideias e conclusões são, principalmente, de Luís Santos, autor de nossa fonte.

1.1 O INÍCIO DA POLÍTICA EXTERIOR IMPERIAL

Dando início ao recorte analisado, os dois primeiros capítulos da obra de Gomes buscam tratar das primeiras relações diplomáticas do Império brasileiro, logo após a independência. Como será visto, esses primeiros anos da política externa ainda serão de atuação errante e tímida, uma vez que as preocupações imperiais estarão voltadas para os problemas internos, como a crise política, resultante das discussões quanto as primeiras constituintes, e a crise econômica, resultado dos tratados de comércio assinados com as nações europeia para o reconhecimento da independência.

No início da obra, é construído um contexto geral do continente e do Império que, no pós-independência, apresentavam semelhanças, como as dificuldades econômicas e a instabilidade política. Além disso, o continente sul-americano também já se encontrava em guerra, com os conflitos entre o Império e as Províncias Unidas do Prata, em disputa pela Cisplatina, e a Grã-Colômbia em conflito com o Peru, devido a disputa sobre a região de Quito. Porém, segundo o autor, para fins de compreensão das relações exteriores com as nações andinas, é o incidente de Chiquitos, ocorrido entre Brasil e Bolívia, que ganha a maior relevância.

As ideias iniciais de estabelecer maiores contatos com as regiões vizinhas surgiram nos primeiros anos do Império, devido ao parlamento nacional entender que o “sistema de tratados”, que ofereciam vantagens comerciais às potências europeias, sufocava a economia imperial. Sendo assim, na busca por sua consolidação política e econômica, já existia no Império a percepção de que acordos com os vizinhos americanos poderiam ser mais vantajosos⁹. Porém, o contexto sul-americano como um todo impedia negociações devido as lutas de independência nas colônias espanholas, como Pátria Vieja (1810-1814), Cabildos Abiertos (1810-1815), Junín (1824), Ayacucho (1825) e a eliminação, em 1826, da resistência espanhola no porto de Callao. Foram nelas que as atuações dos libertadores da América se deram, como Simón Bolívar, General Sucre, O’Higgins e San Martín. Após explorar estas lutas, Luís Santos fala sobre as primeiras relações exteriores entre as ex-colônias espanholas e como se formaram governos provisórios nessa região — fato que acabou resultando num grande clima de instabilidade, devido aos diferentes

⁹ SANTOS, L. C. V. G. *O Império e as Repúblicas do Pacífico: as Relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 19-20.

interesses de cada localidade, indo contra o projeto de união de todas as antigas colônias em uma só república, defendido por Bolívar¹⁰.

Sobre esse tema, o autor discute brevemente os motivos que levaram a não aceitação deste ideal, ao mesmo tempo em que o Brasil manteve suas possessões territoriais, com exceção da Cisplatina. Para analisar os motivos disso, cita Carvalho¹¹, que afirma que a homogeneidade ideológica da elite no Brasil explica a união territorial no Império. Porém, enxerga em Luiz Felipe de Alencastro¹² uma ideia mais próxima daquilo em que concorda sobre a questão de territórios unidos/fragmentados entre Brasil e a América espanhola. Esta teoria se baseia no interesse pela permanência da escravidão no Império, algo que uniu as elites brasileiras, evitando possíveis tentativas por parte dessas de fragmentação territorial. Além disso, tal intuito encontrou, junto ao governo imperial, a base política para enfrentar as pressões inglesas desejosas do fim do tráfico e do trabalho escravo.

Além da questão territorial, outra dicotomia que surgiu após as independências na América do Sul se dá entre a monarquia brasileira e as repúblicas da região do Prata, pois os interesses brasileiros, ao início do Império, se voltaram quase que exclusivamente a região do rio da Prata, área de rivalidade histórica que vem desde Portugal e Espanha.

Mesmo com a condição de colônia, o Brasil já buscava fazer valer seus interesses nesta região e, após 1808, com a abertura dos portos, a atuação brasileira se consolidou ainda mais, devido ao poder de troca comercial que a navegação pelos rios do Prata ofereciam, como por exemplo, os lucros advindos da criação de gado e do charque. Assim, as questões que mais chamaram a atenção do Império, em seu pós-independência, estavam relacionadas aos tratados de navegação, os comércios bilaterais e a pecuária nessa região. Outro exemplo que demonstra a dedicação imperial por essa localidade, observando os interesses de conquista e conservação territorial, foi a luta para não se perder o domínio sobre a Cisplatina, enquanto que Chiquitos, limítrofe ao Mato Grosso e questionado pela Bolívia, foi deixado de lado¹³.

Tal esquecimento deu origem ao *incidente de Chiquitos* que ocorreu quando o Governador dessa província, Sebastián Ramos, ofereceu ao Mato Grosso a anexação de Chiquitos ao Império, até a queda dos exércitos que lutavam pela independência da

¹⁰ Ibid., p. 20-21.

¹¹ CARVALHO, J. M. DE. *A construção da ordem: a elite política imperial*, 1981. In: Ibid., p. 22.

¹² ALENCASTRO, L. F. de. *O fardo dos bacharéis*: Novos Estudos CEBRAP, n. 19, p.99-134, 1987. In: SANTOS, op. cit., p. 22.

¹³ Ibid., p. 23-24.

antiga colônia espanhola Bolívia. Quando isso ocorresse, tal região voltaria ao poder da cora espanhola¹⁴. A capital na época da província de Mato Grosso, hoje Vila Bela, temia que Cuiabá tomasse sua posição como principal cidade da província. Sendo assim, aceitaram a anexação deste território, com o propósito de que o Império pudesse satisfazer-se com esse ganho de terras e não mais visar uma alteração da capital. Além disso, a própria província do Mato Grosso estava estagnada pela decadência da mineração e o ganho territorial poderia valorizar também essa região do Império¹⁵.

Entretanto os interesses exteriores do Império não visavam a região aonde se encontra Chiquitos e por tanto, não houve a aprovação desta anexação por parte do governo imperial, principalmente quando levantados questionamentos por parte da Bolívia sobre a presença brasileira na região. Entretanto, esse incidente serviria para que as jovens repúblicas americanas passassem a ter um comportamento de desconfiança com os interesses do Império do Brasil e cogitassem a possível formação de uma aliança antibrasileira no continente¹⁶. Para isso, o autor apresenta três casos que justificavam essa postura das antigas colônias espanholas.

A primeira delas, *o incidente de Chiquitos*, ocorrido dentro de um contexto de instabilidade política na região e desconhecimento sobre os limites entre Brasil e o restante da América do Sul, levou as antigas colônias espanholas a acreditarem que o Império brasileiro visava a conquista de territórios entendidos como de posse das novas repúblicas. Somado a essa tensão, a própria política imperial fazia com que houvesse desconfiança de seus vizinhos. A sua atuação se dava de modo a se manter longe dessas repúblicas, pelo medo de influências revolucionárias sobre o Império que, por sua vez, pretendia estabelecer laços mais fortes com os EUA do que com seus vizinhos continentais¹⁷. Por último, a *Guerra da Cisplatina* serviu de pretexto para que a Argentina enviasse missões diplomáticas às outras repúblicas com o intuito de se formar uma aliança contra a posse do Brasil na Cisplatina e combater o Império nesse conflito, em 1824. O argumento utilizado para justificar esse acordo militar foi o *Incidente de Chiquitos*,

¹⁴ AVISO DO GOVERNO PROVISÓRIO DE MATO GROSSO. In: Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI (308/2/8). Anexo n. 4, de 15/04/1825. In: Ibid., p.24.

¹⁵ SANTOS, op. cit., p. 26.

¹⁶ Ibid., p. 26.

¹⁷ RODRIGUES, J. H.; SEITENFUS, R. A. S. *Uma história diplomática do Brasil (1531 – 1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 60. In: Ibid., p. 10.

aonde a Argentina lembrava seus vizinhos do possível interesse de conquistas territoriais por parte do Brasil.¹⁸

Segundo Gomes Santos, as repúblicas eram favoráveis a ideia da Argentina porém não viam o Império como uma ameaça a ser resolvida de imediato, uma vez que ainda existiam conflitos contra espanhóis no continente, vide os casos de Callao, no Peru, e em Chiloé, no Chile¹⁹, que marcaram as derrotas das últimas resistências espanholas na América do Sul, em 1826.

Somado a isso, existia ainda a preocupação com a Inglaterra. Isso era decorrência dos interesses comerciais britânicos no continente que poderiam ser afetados com uma aliança antibrasileira na Guerra da Cisplatina. Dessa forma, as jovens repúblicas se posicionaram contra a proposta argentina após conhecer a opinião inglesa, que se mostrou desfavorável a tal acordo, pois este afetaria claramente seus negócios na América do Sul²⁰. Além disso, a própria Guerra da Cisplatina teve seu fim com as pressões inglesas, uma vez que o conflito no Prata bloqueava em parte os comércios nesta região, dando brechas para a atuação de piratas nas localidades desprotegidas, já que as marinhas estavam ocupadas com o conflito. Assim, Bolívia, Grã-Colômbia e Peru desistiram de tal acordo com a Argentina, que seria aceito apenas pelo Chile, posteriormente, ao assinar um tratado com a nação beligerante, que acabou por não ser ratificado em seu congresso. Mesmo assim, tal fato ficou marcado devido a venda de navios chilenos para as Nações Unidas do Prata, que assombraram a costa do Brasil²¹.

Outro ponto tocado pelo autor nesses primeiros anos do Império é sobre o *Congresso do Panamá*, onde vemos Bolívar atuar de modo a organizar um evento em que fosse discutido seu ideal de unir a América hispânica, criando uma federação responsável pela defesa e a política externa das novas repúblicas²². Esse líder revolucionário convidou, a partir de 1821, todas as novas repúblicas, com o objetivo de celebrar os acordos de alianças e a participação nesse congresso, que serviria como resposta a Santa Aliança na Europa, formação contrária a independência das colônias americanas. Entretanto, além de unir essas nações, Bolívar já demonstrava temer o Império do Brasil e seu imperador, D. Pedro I, devido o sistema de monarquia Brasileiro. Este regime levou a construção de hipóteses as quais o Império tinha uma íntima ligação

¹⁸ SANTOS, L. C. V. G. *O Império e as Repúblicas do Pacífico: as Relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 27-29.

¹⁹ Ibid., p. 30.

²⁰ Ibid., p. 31.

²¹ Ibid., p. 28.

²² Ibid., p. 31.

com a Santa Aliança e este poderia ser um instrumento para uma possível retomada do domínio das antigas metrópoles na América do Sul por Portugal e Espanha. Por tanto, a união das repúblicas hispânicas encontrava, na possível ameaça brasileira, um dos motivos para sua não separação territorial. Dessa forma, o *Congresso do Panamá* teve como objetivo não apenas discutir os tratados que resolveriam de forma diplomática as questões que surgissem no continente, mas também a possível formação de uma aliança antibrasileira. E essa ideia se fortificou ainda mais a partir do já citado caso de Chiquitos, ocorrido em 1815, e duramente criticado pelas repúblicas hispânicas²³.

Porém, ao mesmo tempo, ficou claro que se a Santa Aliança realmente havia estabelecido laços com o Império do Brasil, a Guerra da Cisplatina seria uma ótima oportunidade de atuação desta, o que não ocorreu. Somado a isso, as ameaças de uma aliança anti-império acabaram se fixando mais na oratória do que em atuações de fato, uma vez que havia o consenso de que, mesmo havendo esse interesse na recolonização, a Inglaterra atuaria de forma a impedir a ocorrência disso, pois era do interesse britânico a manutenção do mercado americano aberto, rechaçando o pacto colonial que era aplicado antes das independências²⁴. Concluindo, o *Congresso Panamá*, mesmo que sugerindo essa contrariedade ao Império, não se fez valer tanto disso, uma vez que esses dois aspectos levantados acima eram de entendimento geral na América do Sul.

Essas acusações e desconfianças que existiam no continente perante o Império se devem ao fato de que o Brasil representava aquilo que havia sido combatido anteriormente em busca da independência, sendo agora uma monarquia cercada de repúblicas. A partir deste ponto, observamos que a política exterior brasileira passou a existir e ter grande importância, com fins de evitar essas propostas de alianças contra o Brasil. Citando Gomes Santos, podemos resumir a visão que o Império do Brasil tinha na América nesse período:

A imagem do Império junto às repúblicas vizinhas nos primeiros anos das independências era, sem dúvida, bastante negativa. Ele era visto como uma possível ponta-de-lança dos interesses da Santa Aliança e um corpo estranho na política continental, imagem que os incidentes de Chiquitos e a própria Guerra da Cisplatina trataram de reforçar²⁵.

²³ Ibid., p. 31-33.

²⁴ Ibid., p. 33.

²⁵ Ibid., p. 35.

Assim, muito embora as atenções imperiais estivessem voltadas aos problemas internos, não poderia se permitir que as desconfianças com o Império do Brasil o levassem a ter problemas também no campo externo. E, como veremos, esta será uma tônica por todo período imperial, mesmo após sua maior tranquilidade política, social e, principalmente, econômica, advinda dos lucros do café.

O início das relações diplomáticas imperiais se dão ao fim das guerras contra a Espanha, pois é a partir deste ponto que foi mandado ao Brasil o representante peruano, José Domingos Cáceres, que no Rio de Janeiro tinha a função de tratar as questões fronteiriças e investigar os interesses que poderiam existir ou ainda ligar o Império com a Santa Aliança²⁶. Assim como o representante peruano, Leandro Palacios recebeu a mesma função do governo da Grã-Colômbia²⁷. Em resposta, enviou para Peru e Grã-Colômbia, Duarte da Ponte Ribeiro e Luiz de Souza Dias, respectivamente, estabelecendo suas primeiras relações diplomáticas na América do Sul com as nações andinas.

O objetivo de Souza Dias era deixar clara a posição do Brasil pela paz e os bons negócios com seu vizinho, a Grã-Colômbia. Algumas tentativas de tratados foram propostas, porém, a situação conturbada da Grã-Colômbia, que se via em um desmembramento, não permitia a assinatura desses até que tal situação tivesse seu fim²⁸. O mesmo ocorreu com Ponte Ribeiro, no Peru, que não enxergou a possibilidade de assinaturas com a república peruana que ainda buscava por uma estabilidade nacional²⁹. E, em meio a essas incertezas, o Império viu ocorrer o conflito entre Colômbia e Peru pela região hoje do Equador, que acabou se vendo independente ao término dessas desavenças, sem ter qualquer atuação.

Uma questão que alterou esse quadro político de aproximação primária entre o Império e as repúblicas hispânicas foi a assinatura de um tratado entre Peru e Bolívia que não permitia as relações com o Império, enquanto este fizesse guerra com as Províncias Unidas do Prata. Isso ocorreu devido a um golpe de Estado no Peru, em que o representante deixado por Bolívar foi deposto, e o novo governo preferiu não atuar de

²⁶ SECKINGER, R. *The Brazilian monarchy and the South American Republics 1822-1831: Diplomacy and state building*. Louisiana: Louisiana State University Press, 1984. p. 128. In: *Ibid.*, p. 35.

²⁷ PORTILLO, J. *Venezuela/Brasil: relaciones diplomáticas*. Caracas: Arte, 1983. p. 57. In: SANTOS, op. cit. p.36.

²⁸ SANTOS, L. C. V. G. *O Império e as Repúblicas do Pacífico: as Relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 37.

²⁹ *Ibid.*, p. 38.

forma a se aproximar do Império³⁰. Nesse contexto, o autor observa a intenção de Bolívar de se aproximar do Brasil quando este passa a ver o Império como um possível aliado e nele buscar o reconhecimento das nações europeias para a Grã-Colômbia³¹, marcando mais uma tentativa de aproximação nas relações exteriores do continente sul-americano.

Internamente as relações do Império com as demais repúblicas encontraram uma zona de atrito entre imperador e o parlamento brasileiro, uma vez que o poder moderador estabelecia a possibilidade das negociações externas serem levadas diretamente por D. Pedro I, mesmo quando essas fossem contrárias ao interesse dos políticos que faziam parte desta casa³². Além disso, é nesse período que existiu a crítica ao sistema de tratados que favoreciam economicamente as nações europeias e criava, no sistema econômico brasileiro, uma grande estagnação, o que posteriormente foi entendido como um fator de atraso e de dever do Império que tais acordos não fossem prorrogados³³.

Por fim, o autor comenta sobre esses primeiros anos da política exterior do Império:

A política do Império para as repúblicas do Pacífico no Primeiro Reinado foi, pois, meramente reativa. Mesmo a iniciativa de D. Pedro de enviar os primeiros representantes diplomáticos brasileiros nessas repúblicas foi, na verdade, uma resposta as missões de Cáceres e Palacios e, igualmente, esgotou-se em si mesma³⁴.

Assim, pode-se concluir que nos primeiros anos do Império, as relações exteriores acabaram sendo deixadas de lado, obtendo a atenção necessária apenas quanto à Guerra da Cisplatina e ao desestruturar uma possível formação de aliança antibrasileira.

Após terminar essa análise dos primeiros anos de Império, entramos no segundo capítulo da obra, com o nome de “A Gestação de Uma Nova Ordem”, aonde será discutido o período entre 1831-1849.

³⁰ SECKINGER, op. cit., p. 140-141 In: Ibid., p.36.

³¹ SANTOS, L. C. V. G. *O Império e as Repúblicas do Pacífico: as Relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 142.

³² CERVO, A. L. *O Parlamento brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. UnB, 1981. p. 31-37. In: Ibid., p. 39.

³³ SANTOS, op. cit., p. 40.

³⁴ Ibid., p. 41.

Nesse contexto, existia uma busca, por parte do Império, em assinar acordos com as demais nações da América do Sul, como Chile e Peru, enquanto o sistema de tratados, que ainda vigoravam, eram criticados pelo parlamento brasileiro e resultavam na estagnação do Império. Observamos também nesse recorte temporal o período de crise passado pelo Brasil, com a abdicação de D. Pedro I e que iria se estender até 1849, quando a organização do poder passou a existir novamente a partir dos interesses das oligarquias cafeeiras, levando o Império a ter certa estabilidade e, com ela, uma atuação de maior interesse nas relações exteriores³⁵.

Resumindo esse período de crise no Brasil, comparado a situação do resto da América do Sul, o autor comenta:

Era (o Império) arrastado para o torvelinho do Rio da Prata, sem querer nem poder envolver-se naquelas lutas, pois, retalhado como se achava pelas revoluções, enfraquecido pela insubordinação geral e crise financeira, se tornara incapaz de defender seus interesses continentais³⁶.

Outro aspecto que observamos para entender tal situação é que a política brasileira era tão inexpressiva que o Império chegou até mesmo a buscar ajuda nas nações europeias para o auxílio em questões que lhe interessavam no Prata, como, por exemplo, no caso do conflito entre Uruguai e Argentina³⁷

Quanto as nações do Pacífico, a Grã-Colômbia sofria com seu desmembramento enquanto nações como Equador e Venezuela nasciam, além das constantes revoltas e mudanças no comando que ocorreram no Peru e na Bolívia, levando até mesmo a conflitos com o Chile, o que representou um clima de instabilidade instalado não apenas no Império do Brasil, mas na região andina também.

Com isso, o que existiu foi uma fraca diplomacia brasileira nesses conflitos, sem mostrar atuação de fato nas constantes crises e trocas de líderes em tais nações. Essa situação mudada apenas com a chegada de Francisco Carneiro de Campos ao gabinete

³⁵ Ibid., p.43-44.

³⁶ SOUZA, J. A. S. de. O Brasil e o Rio da Prata, de 1828 à queda de Rosas. apud HOLANDA, S. B. História geral da civilização brasileira. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, Tomos 2, 3 e 4, p. 114-115. In: SANTOS, op. cit., p. 45.

³⁷ BRITTO, P. A missão especial do Visconde de Abrantes (de outubro de 1844 a outubro de 1846). Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1853, Tomo I In: SANTOS, op. cit., p. 45.

de negócios exteriores, estabelecendo uma nova visão e comportamento do Império com seus vizinhos americanos.

Campos entendia que, desunidas, as nações da América do Sul não poderiam crescer, em nenhum sentido, além de possuir o objetivo de unir tais estados, pois juntas poderiam repelir os interesses de outras nações, que mantinham contratos e acordos injustos e prejudiciais. Assim, concluindo essa passagem, o autor comenta:

pretendia-se, portanto, iniciar uma nova fase da política externa, na qual se tentaria privilegiar as relações com os demais países do continente, em contraste com o destaque às relações com as cortes europeias concedido por D. Pedro I³⁸.

Fortalecendo tal visão, o parlamento, como dito anteriormente, desejava medidas políticas que evitassem a continuidade dos tratados antes assinado pelo Imperador e que, segundo a ideia geral, atrasavam a economia do país e deixava essa refém de um único mercado, em detrimento de novas ligações comerciais que poderiam surgir caso existisse um bom relacionamento com os vizinhos sul-americanos³⁹.

Como o autor cita, Francisco Carneiro de Campo defendia em 1831:

“O continente imenso, que banhado pelos dois grandes mares quase toca ambos os polos, oferece na grande variedade das suas latitudes e climas distintíssimos produtos, que dando sempre o necessário à vida, podem ainda fornecer matéria e alimento ao mais extenso comércio: a colocação de Cônsules inteligentes nos lugares apropriados animará a concepção e desenvolvimento das mais acertadas especulações mercantis”⁴⁰.

Porém, a instabilidade política antes observada, não possibilitou que tal atitude fosse colocada, de fato, em prática pelo Império⁴¹. Entretanto, diplomatas imperiais foram enviados para Chile e Peru, em busca do estabelecimento de acordos, mas que não alcançaram sucesso.

³⁸ SANTOS, L. C. V. G. *O Império e as Repúblicas do Pacífico: as Relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 47.

³⁹ *Ibid.*, p. 48.

⁴⁰ RRNE, 1831, p. 3-4. In: SANTOS, op. cit., p. 49.

⁴¹ SANTOS, op. cit. p.49.

Nesse mesmo período, o Império viu ocorrer um conflito na região andina, quando Bolívia e Peru se uniram para atacar o Chile⁴², aonde a atuação da diplomacia brasileira buscava acordos de comércio e navegação com tais nações. Assim, foi possível também uma atuação mais evidente dos diplomatas brasileiros, até tendo sido proposta uma mediação do Império para o fim das agressões entre tais nações⁴³.

Entrando no campo das questões de fronteira, o autor comenta também sobre a problemática fronteira com a Bolívia, que tem seu início das discussões na questão dos Chiquitos e que seria resolvida apenas posteriormente a esse conflito. Além disso, passou a existir o interesse das outras nações em tratar sobre as fronteiras com o Império, objetivando-se resolver os limites que até então não haviam tido oportunidade para serem definidos. Nesse meio, o Império decidiu que não tinha conhecimento suficiente para tratar de tal assunto e acabou por fugir dessas discussões⁴⁴.

Posteriormente, veremos que com o governo imperial forçado a resolver esses limites com seus vizinhos, foi decido pela ideia de *uti possidetis*⁴⁵ para ser a proposta nas negociações imperiais com as nações sul-americanas na definição das fronteiras do Império.

Na diplomacia, Pontes Ribeiro, diplomata destinado às nações andinas em conflito, teve grande atuação nesse período, negociando os tratados necessários sobre fronteiras, amizades e comércio. Assinou acordos que, mesmo não tendo sido aceitos pelo governo imperial, trouxeram um novo contexto a política imperial. Essa demonstrava uma maior atuação e buscava resolver as questões em litígios com seus vizinhos andinos, mesmo deixando de lado as questões fronteiriças, mas preocupando-se em estabelecer os tratados de comércio tão desejados pelo congresso brasileiro, em detrimento dos tratados com a Europa que, como dito anteriormente, eram considerados um atraso ao desenvolvimento do Império⁴⁶. Exemplo disso foi o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* entre o Brasil e o Chile, em 1838, oferecido pelo diplomata Cerqueira Lima.

O assunto tratado sobre os acordos do Império tem uma particularidade quando o autor comenta sobre a não ratificação daqueles já citados. Mesmo eles visando o

⁴² Cf. VITALE, L. *Interpretación marxista de la historia de Chile*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1971.

⁴³ SANTOS, L. C. V. G. *O Império e as Repúblicas do Pacífico: as Relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 50.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 51-52.

⁴⁵ Segundo a ENCICLOPÉDIA VIRTUAL: *Uti Possidetis* ou *uti possidetis iuris* é um princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuís, assim possuiais".

⁴⁶ SANTOS, op. cit., p.51-55.

estabelecimento de novas possibilidades comerciais internacionais, o congresso brasileiro não aceitou tais condições, pois visava primeiro expirar todos os tratados assinados anteriormente para então se dar início, de fato, a uma política exterior comercial na América do Sul. Assim, as missões especiais enviadas ao Peru, na pessoa de Cerqueira Lima, sucessor de Ponte Ribeiro, acabaram sendo prejudicadas, pois nesta nação também não poderiam se chegar a acordos, porque aquele oferecido ao Chile não havia passado pelos congressistas brasileiros e, caso o fosse aceito para o Peru, as relações com o Chile poderiam ficar estremecidas, devido a diferença no tratamento pelo Império com as nações em questão. Assim, o fato de não se assinar um acordo prometido ao governo chileno já demonstrava uma hesitação de nossa política externa⁴⁷.

Além disso, caso o Império aceitasse firmar termos com uma nação rival, como o Peru, apenas daria espaço para reclamações e protestos chilenos quanto a diferença no tratamento ofertado pelo Império para as nações em questão. Porém, isso possibilitou vantagens posteriores ao Brasil, pois devido sua posição de igualdade para as nações em negociação, pôde exigir o mesmo tratamento. E dessa maneira o Brasil encontrou na intenção de igualdade uma abertura para que seus produtos competissem nas mesmas condições com o de outros países. Ou seja:

“Mesmo não sendo ratificados, os tratados de comércio negociados com o Chile e o Peru permitiram o estabelecimento de bases mais vantajosas para o intercâmbio comercial entre o Império e esses países. Isso porque, quando do vencimento dos prazos estabelecidos para a troca dos instrumentos de ratificação, em ambos os casos o governo imperial requereu e conseguiu que as relações comerciais passassem a ser regidas pela “cláusula da nação mais favorecida”, que igualava o tratamento dado aos produtos brasileiros às menores tarifas concedidas a terceiros países”⁴⁸.

Ainda à época desses tratados houve o *Congresso de Lima*. Este evento foi proposto pelo México, sendo uma resposta as nações europeias atuantes na América, principalmente a França, que havia atacado militarmente o México, tomado possessões no Brasil e investido contra Argentina e Uruguai. Mas, principalmente, estava relacionado ao expansionismo norte-americano sobre as fronteiras mexicanas. A resposta brasileira a esse contexto de ataques, ao contrário da Argentina, foi pífia, mesmo com a presença

⁴⁷ Ibid., p. 56-57.

⁴⁸ Ibid., p. 57.

francesa no Amapá, província do Império. Isso criou um clima, novamente, de desconfiança quanto a posição do Brasil em relação a uma possível recolonização das Américas⁴⁹.

Contribuindo com essa situação nociva a imagem do Império, em 1830 o Marquês de Santo Amaro partiu para a Europa a fim de discutir uma possível reconquista da Banda Oriental pelo Brasil ou a transformação da mesma em Ducado, com o auxílio de nações europeias, além de questionar sobre um possível apoio deste continente na criação de governos, com uma monarquia constitucional, em detrimento do modelo republicano, nas antigas colônias espanholas.⁵⁰ Dessa forma, os convites do México foram direcionados a todas as nações na América, excetuando-se os EUA, responsável por tomar territórios dessa república, e o Império, que além de não estabelecer uma resposta firme a atuação das grandes potências, ainda visou uma possível reconquista da Cisplatina.

Posteriormente, o México acabou deixando a liderança em organizar este congresso, que foi assumida pelo Peru. Assim, a diplomacia imperial passou a trabalhar para que o Brasil fosse convidado para esse encontro, atuando no Chile e na república que então liderava essa reunião. Essa posição imperial era resultado das posições dos diplomatas brasileiros, discutidas pelo autor, que reafirmavam a importância dada a esse congresso e a participação brasileira no mesmo.

Caso o Império não participasse em um primeiro momento e, posteriormente a essa posição, surgissem problemas políticos, econômicos ou de outros patamares para o estado, e este, só então, demonstrasse interesse em se reunir ou solicitar o auxílio das repúblicas hispânicas, poderia dar a entender que a intenção brasileira não era de realmente se unir aos vizinhos de continente, mas apenas obter apoio em momento de dificuldade, levando a piora da imagem imperial, como um elemento individualista, perigoso e estranho no continente americano.

Em resumo:

A opinião dos diplomatas brasileiros sediados nas repúblicas do Pacífico convergia para a necessidade de o Brasil se fazer representar em tal encontro e eles prenunciavam um papel de destaque para o Império⁵¹.

⁴⁹ Id.

⁵⁰ Ibid., p. 58.

⁵¹ Ibid., p. 60.

Além disso, o autor cita também uma das correspondências representante brasileiro no Chile, quando este afirma que:

Uma Liga americana que, sendo nós excluídos, apresentará em torno do Império uma massa unida, exaltada, e infensa não creio errar quando penso, que entrando nela o Brasil, virá a depositar nas mãos do nosso Augusto Monarca uma influência tão benéfica e extensa sobre todo este vasto e interessante continente, como a que coube a Bolívar, no auge de sua glória, sobre uma parte dele⁵².

Dessa forma, foi entendido pelo Império a necessidade de fazer presença em tal encontro e logo a diplomacia se fez valer ao negociar no Chile sobre tais questões e conseguir o convite de tal nação. Ao fim de todo esse contexto, o importante congresso acabou não tendo a representatividade que lhe era esperada, com a presença apenas de Chile, Nova Granada, Bolívia e Peru, que assinaram tratados de comércio e navegação, mas que não foram ratificados posteriormente por seus congressos.

Concluindo sobre esse período, observamos que a diplomacia imperial teve como objetivo, novamente, evitar a formação de uma possível aliança contrária ao Império e, como novidade, os acordos com Chile e Peru, que acabaram por não serem ratificados. Esse período encontrou, no ambiente interno do Brasil, as crises e a instabilidade que a abdicação de D. Pedro I ainda havia deixado como herança para as elites cafeicultoras que, posteriormente, viriam conseguir estabelecer a tranquilidade com os lucros advindos do café. Dessa forma, o período que vai até 1850 enxergou uma relação internacional brasileira que objetivava apenas a segurança nacional e que, timidamente, buscou dar início aos tratados de comércio e amizade com as nações vizinhas na América do Sul.

1.2 A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA

A partir de 1850 podemos observar uma consolidação tanto do Império como da política externa deste. Isso foi estabelecido devido as condições econômicas que os lucros do café ofereceram ao Brasil⁵³. O autor, citando Halperin Donghi, afirma que:

1850 inauguraria uma nova etapa do relacionamento da América Latina com o resto do mundo. O aprofundamento do processo de industrialização dos países

⁵² LIB EM SANTIAGO. In: AHI (231/1/1). Ofício (reservado) n. 7, de 26/07/1840. In: SANTOS, op. cit., p. 60.

⁵³ SANTOS, op. cit. p. 64.

centrais permitiu, finalmente, uma dinamização sem precedentes das economias do continente⁵⁴.

Assim, podemos enxergar que esta foi uma fase de grande crescimento na América do Sul, em especial, no Império do Brasil, com a produção do café e nas nações andinas como Chile, Peru e Bolívia, que passaram a realizar a extração do Guano⁵⁵.

E, para a exportação dessa última matéria prima, o Pacífico se tornou uma rota comercial em grande ascendência com a navegação a vapor e, mesmo que de forma tímida, uma industrialização em algumas regiões que são banhadas por esse oceano passou a existir. Esta ocorrida muito embora ao início das linhas de crédito que passaram a ser ofertadas para as nações americanas, que se viram entrar no meio do mundo capitalista.

Sobre esse grupo econômico, Donghi afirma:

Após a longa crise das primeiras décadas da independência, os países latino-americanos viveram uma fase de dinamismo econômico, propiciado pela sua reinserção na economia internacional em bases mais generosas, credenciando grupos econômicos locais a uma gestão mais coerente dos respectivos aparelhos de estados, com repercussões em alguns casos notáveis, no comportamento externo desses países⁵⁶.

Quanto ao contexto da diplomacia imperial, encontramos a segunda gestão de Paulino Soares de Souza a frente do gabinete de questões exteriores do Império e foi nesse período que o Brasil consolidou sua política externa e passou a realmente atuar de forma ativa, com a intenção de resolver questões como as fronteiras, o tráfico de escravos e as navegações fluviais. Exemplo disso é a lei de repressão ao tráfico negreiro, em 1850, e a atuação contundente do Brasil no conflito entre o governo de Montevideu e Oribe, apoiado por Rosas, líder argentino. Nesse caso, o Império atuou não apenas ideologicamente, mas também financiando seu aliado e o apoiando militarmente o

⁵⁴ Ibid., p. 63.

⁵⁵ Segundo a ENCICLOPÉDIA VIRTUAL: Guano é o nome dado às fezes das aves e morcegos quando estas se acumulam. Pode ser usado como um excelente fertilizante devido aos seus altos níveis de nitrogênio. O solo que é deficiente em matéria orgânica pode tornar-se mais produtivo com a adição de fezes. O guano é composto de amoníaco, ácido úrico, ácido fosfórico, ácido oxálico, ácido carbônico, sais e impurezas da terra.

⁵⁶ Ibid., p. 64.

governo de Montevideu⁵⁷.

Como visto anteriormente, vemos que as discussões sobre as fronteiras sempre foram deixadas de lado por D. Pedro I, por esse afirmar que não detinha o conhecimento necessário para tratar de tais questões. “Não havia, portanto, a disposição de se ajustar os limites, nem tampouco um consenso interno sobre qual deveria ser a doutrina que balizaria as negociações”⁵⁸.

Assim, com essa real atuação da diplomacia imperial a partir de 1850, o Brasil passou a defender o conceito, já citado, do *uti possidetis*, que serviria para ajustar e oferecer as soluções fronteiriças com as nações limítrofes do Império. Anterior a isso, o próprio autor comenta,

A constante alteração de ministros e a resultante falta de continuidade política era um reflexo do próprio processo de formação do estado brasileiro, que se firmou, com efeito, apenas após a superação das últimas tentativas secessionistas, com o fim da Farroupilha. Ora, do golpe da maioria até 1849, o Império teve doze secretários de negócios estrangeiros⁵⁹.

Concluindo, o autor vê que apenas após o fim da Farroupilha é que o Brasil conseguiu se firmar e isso possibilitou uma maior atenção as questões diplomáticas. E é nessa formação que observamos o interesse no estabelecimento de limites e, neles, a utilização do *uti possidetis*, defendido pelo secretário dos negócios estrangeiros, Soares de Souza. Essa recebia tal interesse pois segundo o representante imperial⁶⁰, a população brasileira vinha em sentido ao litoral, deixando o interior e gerando a preocupação que pelo fato de não haver uma presença contundente de brasileiros em tais localidades, essas poderiam ser perdidas para os estados vizinhos. O autor explica:

o temor de que a população dos países vizinhos transbordasse sobre aquelas longínquas fronteiras do Império. Para evitar isso, a diplomacia imperial concebeu e executou um grande esforço negociador para definir as fronteiras o mais

⁵⁷ Ibid., p. 65.

⁵⁸ Ibid., p. 66.

⁵⁹ Ibid., p. 68.

⁶⁰ Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros (RRNE), 1853, p. 10 In: SANTOS, op. cit., p. 67

prontamente possível⁶¹.

Outro tópico abordado pelo autor é sobre as navegações fluviais que, em 1826, passaram a ter destaque quando os EUA visavam a livre navegação nos rios da bacia amazônica. E foi deste país que as grandes pressões passaram a existir e geraram um medo nas autoridades imperiais, que temiam a perda dessa possessão, uma vez que ela se encontrava no quadro citado anteriormente. Ou seja, uma região longínqua e que não apresentava um grande quadro de habitantes. Outra colocação que aterrorizou o Império foi a proposta, analisada por Luz, em *A Amazônia para os negros americanos: as origens de uma controvérsia internacional*⁶², em que o governo norte-americano mostrou-se interessado em “transferir” escravos negros e seus senhores para a Amazônia e dar continuidade a produção de algodão do sul dos EUA com base no trabalho escravo, resolvendo assim os atritos que passaram a existir entre os agricultores dessa nação sobre qual seria a mão de obra utilizada em solo norte-americano.

Além dos EUA, as outras nações que tinham acesso aos rios do Amazonas, como Colômbia e Venezuela, demonstraram interesse na discussão, e o Império acabou se vendo numa situação de isolamento, por não negociar esses acordos e muito menos aceitar propostas para tais trajetos de navegação⁶³.

Foi apenas na década de 1850 que o Império, com acordos bilaterais, tratou com as nações que tinham essa ligação com a bacia, excluindo as demais. Isso se deu, em grande parte, pela preocupação em deixar de ficar isolado no meio das discussões exteriores, por sua posição até então intransigente nas negociações sobre a navegação no Amazonas e, também, por assim não possuir contra-argumentos a respeito dos interesses imperiais em outra bacia, a da região do Prata. Em outras palavras, o Império não poderia buscar fazer valer seus interesses na navegação do Prata enquanto não estivesse aberto a negociar os acordos para os rios da bacia amazônica.

Com essa nova postura, além de resolver litígios sobre a navegação, houve a oportunidade de tratar também sobre suas fronteiras, utilizando acordos de navegação em troca de fazer valer seus interesses sobre os limites do Império com as demais repúblicas.

⁶¹ Ibid., p. 68.

⁶² LUZ, N. V. *A Amazônia para os negros americanos: as origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1968. 188 p.

⁶³ SANTOS, op. cit., p. 69.

Tal doutrina harmonizava a política para o Prata e para o Amazonas, pois, naquele, a navegação seria obtida por tratados que o governo imperial contava obter do Paraguai e da Confederação Argentina. Ademais, as concessões de navegação fluvial feitas aos ribeirinhos deviam ser aproveitadas como elementos de barganha nas negociações sobre os limites⁶⁴.

Quanto as nações que não detinham alguma ligação territorial com a bacia, Paulino Soares de Souza, diplomata do Império colocava, pela análise do autor, que o fechamento da navegação imposto pelo Brasil era fora de seu tempo e poderia fazer com que o EUA e as nações europeias forçassem tal abertura, aonde os limites, tratados, acordos combinados seriam impostos ao Império. Entretanto, caso fosse o Brasil a tomar essa atitude, estaria ele em posição de negociar, para então realizar os termos desses acordos baseados em seus interesses, além de utilizar esse posicionamento político mais aberto e de oferta dentro das discussões postas sobre as fronteiras imperiais⁶⁵.

A pressão realizada pelos EUA acabou por ser deixada de lado quando estourou a Guerra de Secessão⁶⁶ nesta nação. Apenas após o fim do conflito é que os norte-americanos voltaram a discutir essa questão em seu congresso, que recebeu do Império e concordou a respeito dos termos para a navegação fluvial oferecidos. Esses termos não foram apenas direcionados ao EUA, mas a outras nações, que nesse período também firmaram acordos com o Império a fim de se obter a permissão para navegar pelos rios do Amazonas. Somado a isso, “o fato da abertura do Amazonas ter-se dado em plena Guerra da Tríplice Aliança pode ser visto também como uma tentativa de evitar a criação de um atrito com os EUA ou mesmo com as repúblicas do Pacífico”⁶⁷.

Durante o recorte apresentado, o autor passa a analisar a potência chilena surgir, lutando por uma hegemonia no Pacífico a partir da sua consolidação política. Essa ficou clara com as negociações que esta nação realizou, especialmente, com países europeus. Houve também as negociações com a Califórnia e demais nações andinas, principalmente o Peru⁶⁸. Tais acordos eram baseados no sustento da máquina capitalista das nações mais desenvolvidas e que o Chile oferecia matérias primas para tal. Além

⁶⁴ Ibid., p. 69-70

⁶⁵ Ibid., p.70.

⁶⁶ Cf. KARNAL, Leandro... [et al.]. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 129-136.

⁶⁷ SANTOS, op. cit., p. 71.

⁶⁸ Ibid., p. 72-73.

disso, o autor coloca que:

a política externa chilena parecia refletir forte motivações econômicas. O projeto de hegemonia sobre o Pacífico Sul atendia à necessidade de manter os mercados do Peru, da Bolívia, do Equador e da Colômbia, bem como de permitir que o comércio com a Europa se desenvolvesse livremente⁶⁹.

Assim, o estado nacional chileno tomou frente nas questões econômicas do Pacífico e passou a fomentar uma hegemonia que, posteriormente, veremos o levar a Guerra do Pacífico, contra Bolívia e Peru. Foi a partir dessa força que o Chile ia despontando como uma nação já a frente de várias outras na América do Sul, e que o Império considerou prudente não apenas enviar diplomatas a esse país, mas também, para as outras nações no Pacífico, sendo definida a Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico.

Essa missão “tinha como motivação imediata conhecer a posição desses países frente ao então quase inevitável conflito com Rosas”⁷⁰. Essas negociações tinham o objetivo de se evitar uma possível aliança antibrasileira, medo esse que podemos observar aqui estar presente por quase todo o período imperial. E fora esse recorrente medo, as questões de limites e navegação fluvial deveriam ser tratadas também. Ambas intimamente ligadas, uma vez que a navegação na bacia amazônica seria usada como barganha para se alcançar o objetivo de ver o *uti possidetis* ser aceito pelas outras nações⁷¹.

Ponte Ribeiro chegou ao Chile com o objetivo de evitar uma possível aliança desta nação com a Argentina, contra o Império, e desmentir acusações que eram realizadas por Rosas contra o Brasil. Objetivo que, posteriormente, mostrou-se até mesmo desnecessário, pois o Chile deixou claro sua posição contrária a política desse líder do Prata⁷².

Seguindo sua missão, Ponte Ribeiro foi ao Peru com os mesmos objetivos que o levaram ao Chile, e também com a função de assinar os tratados de fronteiras e navegações, já antes acordados, como visto, mas não ratificados. Dessa vez, entre 1851

⁶⁹ Ibid., p. 74.

⁷⁰ Ibid., p. 76.

⁷¹ Ibid., p. 77.

⁷² Id.

e 1852, os acordos foram negociados e ratificados por ambos os governos, firmando ao Brasil as fronteiras com o Peru e as navegações na bacia do Amazonas⁷³.

Já na Bolívia, Soares de Souza havia passado as instruções para Ponte Ribeiro que as negociações com esta república deveriam se pautar, principalmente, nas questões fronteiriças. O autor coloca o motivo desse fato devido “a fronteira com a Bolívia representava, sem dúvida, uma preocupação especial para as autoridades do Rio de Janeiro, particularmente em vista da iminência de uma guerra contra Rosas”⁷⁴.

Isso era decorrência da possível entrada de tropas argentinas no Império a partir da fronteira com a Bolívia, fosse por um desimpedimento oferecido pela república boliviana ou mesmo por uma conquista territorial argentina, que então poderia se tornar limítrofe ao Império, algo que era totalmente indesejável pelo governo do Rio de Janeiro.⁷⁵ Porém, Ponte Ribeiro não conseguiu nem ao mesmo marcar uma reunião com Belzu, presidente da Bolívia, o que acabou por cancelar qualquer outra tentativa em pouco tempo do Império negociar com esta nação e serviu para aumentar o temor de que a Bolívia poderia se unir a Rosas e tomar atitudes belicosas contra o Império.

Seguindo essa política de negociações e uma diplomacia mais atuante, o diplomata brasileiro Miguel Maria Lisboa foi responsável por negociar com Venezuela, Nova Granada e Equador, levando as mesmas ofertas de tratados com os quais Ponte Ribeiro atuou perante Chile, Peru e Bolívia. Em um primeiro momento, as negociações de Lisboa foram rápidas e efetivas, com a aceitação das teses brasileiras pelas nações com as quais foi designado a negociar. Porém, logo em seguida os governos não ratificaram tais acordos, mantendo ainda a indecisão quanto as fronteiras e aos tratados de extradição e navegação. O próprio diplomata afirmou:

Infelizmente, nem os tratados de limites, nem as convenções relativas à navegação fluvial, ajustadas em Caracas e Bogotá a 25 de janeiro e 14 de junho de 1853, *ad instar* da convenção com o Peru, não encontraram o acolhimento que era de esperar da parte daqueles Governos: expirou o prazo marcado para a troca das ratificações sem que esta se efetuasse⁷⁶.

⁷³ Ibid., p. 78.

⁷⁴ Ibid., p. 79.

⁷⁵ Id.

⁷⁶ RRNE, 1987, p. 55-57 In: SANTOS, Op. cit., p. 82.

Apenas em 1859 foram ratificados os tratados com a Venezuela, mas com a Nova Granada isso ocorreria posteriormente ao tempo do Império do Brasil, mesmo com as recorrentes tentativas de negociação que se sucederam por parte do governo imperial.⁷⁷

Ao final desse capítulo, Luís Santos volta a comentar sobre a fronteira com a Bolívia e a dificuldade encontrada pelo Império em alcançar um tratado definindo os limites com essa República. Como o autor cita, “o governo imperial admitia que “dentre as questões de fronteira e fluviais que se tem suscitado entre o Império e os Estados que com ele confinam, sem dúvida que as de mais difícil solução são as que estão pendentes com a república de Bolívia”⁷⁸.

Assim, foi pensando numa tentativa de novas negociações que João da Costa Rego Monteiro foi o escolhido para negociar com essa república. Porém, novamente o Brasil se viu sem uma solução final com a Bolívia.

Concluindo o capítulo, Luís Santos comenta:

o saldo de 1850 foi, todavia (aqui, fazendo referência ao caso boliviano), extremamente positivo para a política externa brasileira e também para as relações com as repúblicas do Pacífico. Apaziguado internamente, o Império trocou a sua política externa tímida e errática por uma atitude ativa e coerente.”

E continua afirmando que “a missão especial nas repúblicas do Pacífico foi um acontecimento significativo da política brasileira para a região, que pela primeira vez passou a ser tratada de forma integrada, sujeita a princípios comuns para balizar as relações bilaterais⁷⁹.

Assim, enxergamos a importância que esse período teve para o nosso entendimento de como se deram os acordos imperiais para as fronteiras do Brasil, demonstrando a importância dos estudos das relações exteriores, aqui sendo um de nossos objetivos. Esse fato tão importante que o próprio autor classifica a missão especial nas repúblicas do Pacífico como “o mais importante marco da política imperial para as repúblicas do Pacífico.”⁸⁰

⁷⁷ SANTOS, op. cit., p.81-82.

⁷⁸ Ibid., p. 83.

⁷⁹ Ibid., p. 84.

⁸⁰ Id.

1.3 A GUERRA DA QUÁDRUPLA ALIANÇA E A GUERRA DO PARAGUAI

No quarto capítulo da obra, observamos que entre 1862 à 1870 a América do Sul passou por dois conflitos que alterariam a configuração política entre as nações e formaria alianças dentro do continente. A Guerra da Quádrupla Aliança contra a Espanha gerou um sentimento de medo sobre uma possível recolonização por parte desta coroa europeia, devido a sua atuação beligerante na costa do Oceano Pacífico. Por outro lado, no Prata, a Guerra do Paraguai ameaçava a soberania da nação de Solano Lopez e devido aos tratados da Tríplice Aliança, não apenas a soberania paraguaia corria riscos mas, também, a própria existência desta república.

Quanto ao primeiro conflito, Luis Hernández Pinzón, general espanhol, com o objetivo de estreitar os laços de amizade e comércio, comandou uma expedição até a costa americana do Pacífico Sul. Além disso, tinha por objetivo proteger os espanhóis que moravam na América e, caso houvesse algum perigo a esses europeus e fosse necessária uma resposta de maior energia, esta poderia ser realizada por parte da esquadra espanhola.⁸¹

O conflito, segundo o autor, tem início quando uma revolta de trabalhadores espanhóis terminou na morte de um deles e na prisão do restante. Assim, quando a expedição se encontrou no Peru, local desse ocorrido, os espanhóis pediram por proteção ao general Pinzón. Isso ocorreu no ano de 1863, e no ano seguinte, Eusebio de Salazar y Mazarredo pediu, junto ao governo peruano, para ser considerado comissário geral, a fim de resolver esse litígio. A resposta do governo peruano, porém, foi considerá-lo na qualidade de “Agente Especial”. Com isso, Pinzón decidiu que o desrespeito aos espanhóis havia sido enorme e decidiu tomar as ilhas Chincha, de posse peruana. Porém, o general Pinzón defendeu que como a Espanha não havia reconhecido a independência desta nação, a tomada de tal ilha não feria nenhuma soberania nacional⁸².

Esse enfrentamento chegou ao fim apenas meses depois, com a assinatura de um tratado entre Espanha e Peru, pela desocupação das ilhas Chincha. Entretanto, essa posição agressiva da esquadra espanhola levou as outras nações do Pacífico temerem uma tentativa de recolonização. Com isso, o Chile decidiu não mais vender carvão para os navios espanhóis que estavam na costa americana, levando a outra investida espanhola, agora contra o Chile.

⁸¹ FUENZALIDA BADE, R. *La armada de Chile: desde la alborada al sesquicentenario (1813-1968)*. 2. ed. Santiago: Talleres Empresa Periodística, 1978, v. 3, p. 572 In: SANTOS, op. cit., p.88.

⁸² SANTOS, op. cit. p. 88.

Segundo o autor, o almirante Pareja, que agora comandava as ações espanholas, exigiu “uma salva de vinte e um tiros de canhão ao pavilhão espanhol, uma indenização de 3 milhões de reais, o envio de um representante chileno a Madri para dar satisfações à corte espanhola e o tratamento de nação mais favorecida para o comercio espanhol”⁸³.

Com a negativa chilena a esses pedidos, Pareja decidiu bloquear os portos chilenos e, em resposta, o Chile declarou guerra a Espanha, em 25 de setembro de 1865. Enquanto isso, no Peru, a revolta popular com a assinatura do tratado com a esquadra espanhola e o descontentamento militar fez com que o governo fosse deposto e Diez Canesco assumisse o poder. Dessa forma, Chile e Peru formaram uma aliança que contaria com a adesão de Equador e Bolívia, posteriormente, contra às agressões espanholas.

Mesmo com a superioridade naval espanhola, a tomada do navio “Covadonga” pela esquadra peruana foi um fator decisivo para a iminente vitória das repúblicas americanas. Com isso, foi repassado aos navios espanhóis, mesmo com a derrota por acontecer, que deveriam exigir, novamente, da nação chilena, um pedido de desculpas, uma salva de 21 tiros e a devolução do navio tomado. A negativa chilena a esses novos pedidos levou a outro ataque espanhol, dessa vez bombardeando o porto de Callao, no Peru e de Valparaíso, no Chile. Após esse ataque, os espanhóis desistiram de manter a guerra, que chegava ao fim, com a esquadra espanhola se dividindo; parte dela indo em direção à Ásia e outra retornando para a Espanha. Porém, o Brasil acabou por complicar-se nesse ínterim, mesmo buscando deixar clara sua posição de neutralidade.⁸⁴

Isso se deu porque alguns navios espanhóis, durante a volta à Espanha, aportaram no Rio de Janeiro e lá foram consertados e se reabasteceram. Para as repúblicas que haviam enfrentado a Espanha, isso significava que o Brasil estava tomando uma posição no combate, ao auxiliar os espanhóis, uma vez que mesmo com o fim dos ataques, ainda não havia sido assinado o armistício⁸⁵. Porém, o Império havia deixado claro que seus portos estavam abertos às nações beligerantes quando anunciou sua posição de neutralidade durante essa guerra. Mesmo assim, pela Espanha se utilizar de tal fortalecimento nos portos imperiais, as nações americanas em combate criticaram veementemente o governo imperial por seu auxílio à potência europeia⁸⁶. Por outro lado, a Espanha também recebeu ofícios do governo Imperial que, para acalmar as nações

⁸³ Ibid., p. 89.

⁸⁴ Ibid., p. 89-90.

⁸⁵ Ibid., p. 92.

⁸⁶ Ibid., p. 92-93.

vizinhas, declarou que caso os navios aportados no Rio de Janeiro voltassem a assolar o litoral do sul do Pacífico, isso seria considerado um “abuso” dos bons ofícios oferecidos pelo Brasil. E em resposta, a Espanha deixou claro que caso isso fosse realmente uma ameaça, deixaria de imediato os portos brasileiros e seus representantes nesta nação.

O autor, em resumo, conclui,

A política brasileira acabou não agradando a nenhum dos beligerantes e o encarregado de negócios brasileiros em Santiago reconheceu: “Não gozamos aqui da menor simpatia, e não há um só chileno que não esteja convencido da ideia que o Governo imperial é parcial em favor da Espanha e alimenta projetos hostis contra as repúblicas sul-americanas.”⁸⁷

Ou seja, mesmo buscando se postar distante desse conflito, o Brasil acabou por encontrar atritos com a Espanha, e, principalmente, com as nações do Pacífico, em especial o Chile, com o qual as relações diplomáticas se tornaram muito delicadas. E com a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, veremos que essas relações do Império com a região Andina entrariam em uma crise ainda maior, devido aos tratados da Tríplice Aliança, que demonstravam ameaçar a soberania paraguaia sobre seus territórios, quando a vitória fosse obtida perante essa república.

Em um primeiro momento, as nações do Pacífico ofereceram seus bons ofícios, a fim de alcançar de uma solução por vias diplomáticas a esse conflito. Porém, com a publicação, na Inglaterra, do tratado secreto que havia sido assinado por Argentina, Brasil e Uruguai, que visavam a deposição de Solano Lopez e o interesse em territórios paraguaios, essa posição andina se alterou⁸⁸. Isso se observa na carta que Benigno Vigil, representante peruano, enviou ao Império do Brasil:

...o Peru e seus aliados [Chile, Bolívia e Equador] não podem guardar silêncio; e o mais sagrado e imperioso dos deveres o impele a protestar do modo mais solene contra a guerra, que se faz com semelhantes tendências, e contra quaisquer atos que, por consequência, menoscabem a soberania, independência e integridade da república paraguaia⁸⁹.

⁸⁷ Ibid., p.93.

⁸⁸ Ibid., p 95.

⁸⁹ Id.

Bolívia, Chile e Colômbia também enviaram cartas ao Império que, em geral, condenavam a atuação e os interesses dessa aliança contra o Paraguai. Porém, foi do Peru a posição mais contundente, levando essa nação a cortar as relações diplomáticas com o Império. Isso decorreu, de forma geral, das acusações e pedidos de explicações por parte do Peru ao Império, que foram entendidas por Francisco Varnhagen, diplomata brasileiro nesta nação, como uma afronta ao Império e, devido a dificuldade em se estabelecer negociações com o governo peruano, decidiu por sair do país, ato imitado pelo representante peruano no Rio de Janeiro, cortando as relações entre essas nações.⁹⁰

O autor comenta que esse período foi marcado pelos piores momentos das relações imperiais com as nações do Pacífico.

Com o Chile, acumulavam-se as acusações. Com a Colômbia e a Bolívia, por sua parte, a indefinição quanto às fronteiras e à navegação fluvial criava uma situação de expectativa. A fronteira com este último, aliás, era uma fonte de preocupações desde antes da década passada e, então, com o conflito da Tríplice Aliança, o receio aumentou⁹¹.

Ao mesmo tempo, nesse contexto, foi decidido por se organizar um novo congresso americano. A iniciativa partiu do Peru, que pretendia protestar contra o acordo da Tríplice Aliança – posição essa que levou ao desinteresse do governo imperial em participar desse encontro. Porém, a grave situação das relações exteriores entre o Brasil e as nações andinas levou o governo imperial a estabelecer uma política de maior atuação nessas nações, com fins a resolver os litígios fronteiriços e evitar que houvesse um interesse no recorrente medo imperial da formação de uma aliança antibrasileira. Dessa forma, foram designados para as negociações Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, no Chile, Ignácio de Avellar Barbosa da Silva, no Equador, Felipe Lopes Netto, à Bolívia e Joaquim Maria Nascentes Azambuja para a Colômbia.

Em busca de apresentar um apanhado geral dessas negociações, é colocado pelo autor que no Chile foi encontrada uma posição mais ponderada em relação ao Império,

⁹⁰ Ibid., p.97.

⁹¹ Id.

diferente daquela vista no Peru. Porém, ainda sim havia a lembrança do caso dos navios espanhóis no Rio de Janeiro e a condenação do tratado da Tríplice Aliança. Além disso, o negociador imperial nesta nação deixou claro ao governo brasileiro a desconfiança chilena, somada as demais repúblicas, devido ao Império representar um “estranho” dentro do campo político do continente sul-americano⁹².

Quanto ao Equador, o diplomata Barbosa da Silva, foi designado para deixar o Imperador a par da situação caso “a Quádrupla Aliança vir a voltar-se contra os interesses do Império.”⁹³. E nessa missão, não foi observado pelo representante brasileiro qualquer posição ou interesse equatoriano contrário ao Império. Na Bolívia, entretanto, as questões fronteiriças já traziam às negociações um clima de certa animosidade, e existiam acusações que o governo boliviano pretendia auxiliar o Paraguai na guerra da Tríplice Aliança, com 12.000 soldados⁹⁴. Por tanto, a missão⁹⁵ na Bolívia se deteve também em observar essa possível aliança Bolívia-Paraguai, que logo foi descartada pelo representante imperial Antonio Pedro de Carvalho Borges, sediado nessa república, devido ao conhecimento obtido por ele das poucas relações que estavam sendo tratadas entre essas Bolívia e Paraguai na época e, ao frágil exército boliviano, que não dispunha de um contingente tão grande assim para, supostamente, oferecer ao governo paraguaio⁹⁶.

Mesmo com essas informações, Carvalho Borges defendia ser mais prudente nesse contexto e não negociar as fronteiras com a Bolívia nesse momento, pois acreditava que qualquer desfecho negativo nas negociações poderia levar ao interesse nessa aliança boliviana paraguaia, evidentemente, não desejada pelo Império durante a Guerra do Paraguai⁹⁷.

Entretanto, na missão imperial à essa república, representada por Lopes Netto, entendeu-se que havia uma possibilidade de negociação quanto as fronteiras, uma vez que havia o interesse por ambos os lados e não existia a suposta tensão entre o Império e a Bolívia. Além disso, o próprio interesse boliviano, na área do Chaco, que estava em discussão com o Paraguai, fez com que a resolução das fronteiras com o Império se dessem nesse momento, a fim de voltar as preocupações bolivianas apenas para essa

⁹² Ibid., p. 100-101.

⁹³ Ibid., p. 102.

⁹⁴ MONIZ BANDEIRA L. A. *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata (da Colonização ao Império)*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986, p. 225 In: SANTOS, op. cit. p.103.

⁹⁵ SANTOS, op. cit., p. 104-105.

⁹⁶ Ibid., p.104.

⁹⁷ Id.

região em litígio com a república paraguaia. Desse modo, e surpreendentemente para o autor, foi assinado o *Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação* entre o Império e a Bolívia⁹⁸.

Já na Colômbia, os interesses imperiais em se estabelecer tratados sobre as fronteiras e a navegação pela bacia amazônica encontraram no governo colombiano uma grande intransigência, que levou ao término das negociações sem nenhum resultado. Porém, os acordos oferecidos pelo Império foram aceitos décadas depois, em 1907, quando se estabeleceriam as fronteiras entre Colômbia e Brasil⁹⁹.

Por fim, esse período também viu a retomada das relações diplomáticas brasileiras com o Peru, quando as negociações foram retomadas após um golpe de Estado ocorrido nessa nação, que prontamente enviou ao Rio de Janeiro um representante, baseado na atitude do novo governo de anular as medidas tomadas pelo presidente anterior. Em resposta, o governo imperial seguiu o mesmo comportamento e restabeleceu os laços de amizade com o Peru¹⁰⁰.

Isso nos leva aos comentários finais do autor, que enxerga este período tendo início com uma grave crise nas relações diplomáticas brasileiras com as nações do Pacífico, mas que acabou de forma positiva, uma vez que o Peru voltou a manter relações com o Império e a problemática fronteira com a Bolívia chegou a um acordo, além da exclusão da ideia de uma aliança antibrasileira. Concluindo, o autor comenta:

De todo modo, a ofensiva diplomática desencadeada em 1866, com a divisão da legação brasileira em Lima, Santiago e Quito e o envio das missões Lopes Netto e Azambuja, deve ser vista como um momento de grande importância nas relações entre o Império e as repúblicas do Pacífico¹⁰¹.

1.4 A FORMAÇÃO DAS ALIANÇAS E A GUERRA DO PACÍFICO

Na divisão aqui proposta, buscamos levantar as principais características do período entre 1871-1878 que são apresentadas por Luís Santos em nossa fonte. Não é nosso interesse aqui contextualizar a Guerra do Pacífico, pois isso será realizado no segundo capítulo, quando esse conflito será campo para o levantamento bibliográfico. Por

⁹⁸ Ibid., p. 105.

⁹⁹ Ibid., p. 106-107.

¹⁰⁰ Ibid., p. 108.

¹⁰¹ Id.

tanto, objetivamos apenas levantar o contexto das possíveis alianças que eram tratadas na América do Sul, no recorte histórico proposto.

Dessa forma, os campos das alianças e dos litígios territoriais é nosso objeto de análise aqui. Um deles encontrava-se na região do Rio da Prata, quando o Império do Brasil e a Argentina passavam por discussões acirradas quanto aos espólios territoriais após o fim da Guerra do Paraguai. Além disso, o próprio Paraguai passou a ter tensões com a Argentina, pois desejava manter sua soberania territorial. E por fim, a Bolívia misturava-se a esse contexto, pois desejava resolver suas fronteiras com o Paraguai na região do Chaco. Por outro lado, no Pacífico, passou a existir uma tensão entre Chile, Bolívia e Peru, devido a extração de guano e, posteriormente, de salitre, em regiões que não tinham ainda suas delimitações definidas. Somado a isso, Chile e Argentina mantinham uma disputa ideológica sobre qual república teria posse da Patagônia ou de parte desta.

Nesse contexto de litígios territoriais, são apresentadas também diversas possibilidades de alianças que foram veiculadas. São exemplos: uma aliança do Império e a Costa Rica contra os interesses territoriais colombianos; uma coligação entre Argentina, Bolívia, Chile, Peru e Equador contra o Brasil e o Paraguai; um acordo entre Argentina, Peru e Bolívia a fim de derrotar o Chile e o Império do Brasil, que despontavam economicamente; e, por fim, a tentativa de se formar uma confederação entre Colômbia, Venezuela, América Central e Equador, que levaram a preocupação do Império e do Peru¹⁰².

Em meio a tantas possibilidades, Luís Santos comenta que:

essa balança-de-poder sul-americana não estava alicerçada numa rede ampla de interesses que pudesse garantir o seu funcionamento; portanto, os devaneios sobre as alianças complexas e mirabolantes se multiplicavam e desfaziam-se¹⁰³.

E isso se justifica pois apenas uma aliança seria ratificada, secretamente, entre Bolívia e Peru, contra uma possível investida chilena nos territórios em litígio, onde se realizavam as extrações de guano e salitre.

Quanto a política externa imperial, observamos que este foi um período aonde a

¹⁰² Ibid., p. 113 e 118.

¹⁰³ Ibid., p. 112.

neutralidade e o diálogo tornaram-se suas maiores armas, principalmente após sair da Guerra do Paraguai, que havia devastado o comércio na região; logo não era interessante para o Brasil manter uma posição beligerante.

É observado pelo autor que entre Chile e Argentina os problemas fronteiriços pela Patagônia, existentes desde 1847, quando a Argentina passou a contestar posições chilenas em territórios que eram considerados de posse argentina, tem uma grande importância nesse “caleidoscópio de alianças”. Como dito anteriormente, as possíveis alianças eram baseadas também nessa tensão política entre as duas nações¹⁰⁴, assim como ocorria entre Chile e Bolívia.

Neste segundo caso, antes da descoberta da importância do Guano, as fronteiras entre essas duas nações eram deixadas de lado, pois o deserto do Atacama não oferecia nenhuma possibilidade de ganhos comerciais ou de extração. Porém, com os lucros que esse fertilizante passou a oferecer, as tensões levaram até mesmo a um fim das relações diplomáticas entre essas duas nações, que foi deixado de lado apenas com a guerra da Quádrupla Aliança contra a Espanha. Porém, após a vitória contra a nação europeia, a tensão voltou a essa fronteira¹⁰⁵, que levaria, posteriormente, a Guerra do Pacífico.

Já na região do Rio da Prata, Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia travaram uma grande negociação pelo Chaco. Pelo lado argentino, foi demonstrado interesse pela região em pauta, como um espólio da Guerra do Paraguai, e que se tornou a principal tônica das relações exteriores imperiais na época, para que se evitasse essa conquista territorial por parte da Argentina, pois isso resultaria com que ela se tornasse limítrofe ao Brasil, na região do Mato Grosso. Além disso, era objetivo imperial diminuir a influência dessa república no Paraguai e no Uruguai, em detrimento da própria liderança imperial nessa região¹⁰⁶.

Pelo lado paraguaio, esse não aceitou nenhum tipo de negociação pós-guerra com a Argentina que tratasse de uma possível conquista dela no Chaco, sendo essa posição apoiada pelo Império. Quanto a Bolívia, essa república buscou o apoio imperial para a defesa de seus interesses na região em questão; porém, neste caso, o Império preferiu se manter longe de uma possível aliança¹⁰⁷ com a Bolívia contra a Argentina, representando um exemplo da busca da política exterior imperial por negociações e pela menor

¹⁰⁴ Ibid., p. 113-114.

¹⁰⁵ Ibid., p. 114-115.

¹⁰⁶ Ibid., p. 116-117.

¹⁰⁷ Ibid., p. 118-119.

interferência que fosse possível.

Assim, é observado pelo autor, que a defesa e apoio que o Império estabeleceu aos interesses paraguaios no tratar sobre a posse e/ou divisão do Chaco, e com o alcance da vitória imperial nessa região, fazendo valer os direitos dessa nação, frustrando os interesses argentinos, quase o levou a um conflito com seu antigo aliado de guerra¹⁰⁸.

Devido a esse contexto de tensão na América do Sul, as nações compreendiam que poderia ocorrer um conflito generalizado no continente. E sendo assim, chegamos ao principal conteúdo sobre essas alianças, que é a única que chegou a ser formalizada.

Esta surgiu a partir de comentários de que o representante chileno, Blest Gana, passou ao governo imperial sobre uma possível tentativa do governo argentino em convidar Bolívia e Peru para formalizarem um acordo de ataque e defesa contra o Império e o Chile. Nessa mesma oportunidade, já foi sugerida, pelo lado chileno, uma aliança entre esses dois países, em questão, com o objetivo de se protegerem contra tal atitude argentina¹⁰⁹. Com tal conhecimento, o governo imperial decidiu investigar essa possibilidade de aliança contra o Brasil e designou aos seus representantes, no Chile, na Bolívia e no Peru, a verificação da veracidade dessa informação¹¹⁰.

Tanto em Lima, como em La Paz, as respostas tiveram o mesmo tom de respeito e negação quanto essa aliança contra o Império. Porém, a desconfiança brasileira levou seus representantes a uma busca por maiores garantias disto, e a partir dessa ofensiva diplomática, “foi o ministro brasileiro em Lima, Filippe José Pereira Leal, quem desvendou o mistério, nos últimos dias de 1873”¹¹¹. “O tratado secreto foi confiado a Pereira Leal por vinte e quatro horas, para que este pudesse informar o governo imperial de seu conteúdo”¹¹². O conteúdo deste eram informações sobre um tratado secreto, já firmado, entre Peru e Bolívia, contra o Chile, e que a Argentina estava sendo convidada para aderir-lo.

O governo chileno também ficou a par desse acordo, a partir de sua diplomacia, e também foi avisado pelo governo imperial. Nesse contexto, o Chile afirmou enxergar no Brasil “seu único amigo sincero” e insinuou uma possível aliança com o Império, que foi rechaçada por nossa diplomacia, já que o Império não enxergava ganhos ao formalizar tal

¹⁰⁸ Ibid., p. 116-117.

¹⁰⁹ Ibid., p. 119.

¹¹⁰ Ibid., p. 122.

¹¹¹ Id.

¹¹² Id.

acordo¹¹³. Porém o Império, através de suas relações amigáveis, buscou evitar que a Argentina aderisse a esse pacto e negociou junto com Bolívia e Peru para receber as garantias de que esse tratado secreto não fosse direcionado ao Império, conquistando esses objetivos a partir das afirmações do representante peruano na corte brasileira, Yrigoyen, que garantiu que “todas as questões que interessarem ao Brasil ficavam excluídas do tratado de garantia ou aliança proposto pelo Governo peruano ao da República Argentina”¹¹⁴.

Por fim, no Pacífico, um novo tratado foi acordado entre Bolívia e Chile, mediado pelo Império, resolvendo a tensão por alguns anos, até ele ser quebrado com o início da Guerra do Pacífico. Também ocorreu a não adesão da Argentina ao tratado com esse acordo firmado entre Chile e Bolívia, uma vez que as tensões foram diminuídas. Em relação ao Chaco, através da mediação dos EUA, em 1878, foi declarado como de posse paraguaia.

Dessa forma, a Argentina passou apenas a ter tensões com a diplomacia chilena, que buscou negociar os tratados sobre os limites entre essas duas nações¹¹⁵. Nesse período de desentendimentos entre Chile e Argentina, novamente insinuou-se uma aliança entre Chile e Brasil, recusada mais uma vez pelo Império, que não queria gerar maiores tensões com a Argentina¹¹⁶. Assim, os últimos momentos desse período conturbado viram o Chile ceder seus territórios em disputa com a Argentina, devido à novas complicações com o tratado que havia sido acordado com a Bolívia e que já apresentavam um ponto irreversível para a guerra. Por tanto, para não dar legitimidade ao país platino se aliar ao Peru e a Bolívia, aceitando o acordo secreto de 1873, cedeu ao domínio da Patagônia, que passou a ser posse argentina.

1.5 OS ANOS FINAIS DO IMPÉRIO DO BRASIL

Após a Guerra do Pacífico, o autor apresenta um quadro final das relações exteriores do Império com as nações do Pacífico. Como o Império estava chegando ao seu fim, com as crises internas, passou a ter uma atuação tímida no quadro continental. Além disso, houve nesse período uma transformação nas relações exteriores da América, pois os EUA assumiam um papel de liderança, substituindo a Inglaterra.

Essa situação de decadência do Império é resultado da crise que a Guerra do

¹¹³ Ibid., p. 123.

¹¹⁴ LIB em Lima. In: AHI (213/2/11). Despacho confidencial n. 6, de 8/06/1874. In: SANTOS, op. cit., p. 124.

¹¹⁵ SANTOS, op. cit., p. 125.

¹¹⁶ Ibid., p. 126.

Paraguai trouxe ao Império, que ficou evidente ao final do séc. XIX. Como exemplo das questões internas, estava a dificuldade em estabelecer uma organização para o trabalho livre, em substituição ao trabalho escravo. Além disso, o surgimento de uma pequena e média burguesia, que enxergava na imagem do Império algo atrasado, e defendia que o Brasil deveria se tornar uma república, afim de conseguir se introduzir em um novo contexto mundial, com a representatividade norte-americana para as nações desse continente. E por fim, o café não trazia mais tantos lucros ao Império e, quando houve a necessidade de uma industrialização, esta acabou parando nas medidas antiquadas, perante a nova ordem econômica nas Américas, de D. Pedro II¹¹⁷.

Dentro do contexto sul-americano, a fronteira entre Brasil e Argentina, que ainda apresentava pontos de discussão, foi mediada pelos EUA. Quanto a essa república, foi visto um grande crescimento, devido a exportação de trigo e carne que por ela era realizado. Ao mesmo tempo, o Chile continuava a se firmar como uma potência no Pacífico, devido a industrialização advinda dos lucros do Guano e do Salitre. Outras nações, como Peru e Equador, passaram por processos de guerra civil; no caso peruano, isso ocorreu devido a derrota na Guerra do Pacífico. Quanto a Bolívia, esta ainda desejava a posse do Chaco e, após a Guerra em que foi derrotada pelo Chile, sua economia cresceu com a extração de estanho. Em relação à Colômbia, esta passou por guerras civis e, portanto, não encontrava maneiras de resolver suas questões fronteiriças com a Venezuela, o que para o Império foi um pressuposto para se iniciar novas discussões de limites, com ambos os países. Ou seja, o Império negociaria apenas se fossem decididos os tratados de fronteiras entre essas duas repúblicas¹¹⁸.

Por fim, a teoria de uma aliança entre o Chile e o Império se manteve no contexto sul-americano. Por um lado, para o Chile, em franco desenvolvimento, não havia a necessidade de se desmentir tal suposição, uma vez que apresentar um aliado como o Império dentro do continente não lhe trazia problemas, mas sim, a certeza que as nações vizinhas entenderiam que estabelecer um confronto com essa república traria o Império para junto do conflito como um inimigo. Pelo lado do Império, em uma processo de decadência e observando o crescimento econômico da vizinha Argentina, era vantajoso também manter esse mito dentro da América do Sul, pois o auxiliava a evitar, também, possíveis ataques e, dessa forma, possibilitaria que suas atenções fossem voltadas para a resolução da crise interna que o Brasil passava.

¹¹⁷ Ibid., p. 150-152.

¹¹⁸ Ibid., p. 150-155.

Por fim, o autor conclui sobre esses últimos anos do Império dentro do campo das relações exteriores:

Em seus últimos anos, o Império, já enfraquecido, nadava na contracorrente dessas transformações e, por isso, adotava uma postura retraída e defensiva. Sua política externa limitava-se a repetir os conceitos de décadas anteriores, apenas respondendo, quase sempre de forma tímida, aos novos desafios que se mostrassem inadiáveis.¹¹⁹

2 O IMPÉRIO E AS REPÚBLICAS DO PACÍFICO – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesse capítulo pretendemos levantar uma revisão bibliográfica com o objetivo de apresentar outros textos que tratem ou, sirvam, ao estudo das relações diplomáticas do Império do Brasil e a repúblicas do Pacífico e que foram lançados posteriormente ao trabalho de Luís Santos, com o objetivo de encontrar o alcance dessa obra.

2.1 CONTEXTO E ANÁLISE SOBRE A GUERRA DO PACÍFICO

O conflito que foi denominado de Guerra do Pacífico envolveu três nações sul-americanas entre os anos de 1879 a 1883. As suas batalhas foram travadas no Oceano que dá nome a guerra e territorialmente pelo deserto do Atacama, chegando até Lima, capital do Peru. De maneira geral, a historiografia considera os desentendimentos econômicos, entre a Bolívia e o Chile, e os interesses territoriais chilenos, bolivianos e peruanos como as causas desse conflito¹²⁰.

Durante o período de formação dos estados independentes na América do Sul, muitas delimitações fronteiriças acabaram sendo alvo de constantes discussões por não terem ao certo as suas demarcações. No caso da Bolívia com o Chile, ambos discutiram suas fronteiras no deserto do Atacama, entre os paralelos 23º e 25º. Devido ao desinteresse que havia pelo deserto, por até então não representar nenhuma

¹¹⁹ Ibid., p. 162.

¹²⁰ Cf. BETHELL, L. (Org.); tradução Maria Clara Cescato. *História da América Latina: da independência a 1870*, volume III. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. PEIXOTO, A. *Pequena História das Américas*. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1940. SANTOS, L. C. V. G. *O Império e as Repúblicas do Pacífico: as relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

possibilidade de ganhos econômicos, Bolívia e Chile resolveram suas diferenças de maneira amistosa e diplomática. Porém, esta situação mudou quando se descobriu que o guano, que se encontrava em abundância no Atacama, poderia servir como um ótimo fertilizante. Assim, passou a ser extraído e vendido para a Europa em 1840, em especial para a Inglaterra, tendo em vista as necessidades que as fazendas europeias tinham de aumentar as suas colheitas para suprir a grande demanda por alimentos nesse período¹²¹.

Com o início da extração do guano, as discussões a respeito dos limites entre essas duas nações voltaram a pauta de seus congressos, e isso se intensificou quando se descobriu também enormes reservas de salitre na região, que é um outro tipo de fertilizante, de melhor qualidade que o primeiro. Além disso, o Chile passou a fazer a sua extração em territórios que eram considerados, pela Bolívia, como de sua posse.

Ocorreram vários encontros para decidir a questão e foi assinado um tratado em 1866 sobre os limites dessas nações, mas este se mostrou inviável e levou o Peru e a Bolívia a firmarem, no ano de 1873, uma aliança secreta, devido ao crescente interesse chileno na contestada região salitreira da Bolívia, como visto aqui no capítulo 1. Essa investida contra o Chile se deu porque uma possível conquista militar do país significaria uma ameaça iminente para a área exploradora de guano e salitre do Peru, além da perda territorial boliviana de Antofogasta.

No ano seguinte, chegou-se a um acordo que firmou a fronteira Bolívia-Chile no paralelo 24°, e também que os lucros da extração de salitre que fossem obtidos entre essas duas nações, nos paralelos 23° e 25°, teriam seus impostos fixados até o ano de 1899, formalizando uma clara proibição de novas aplicações tributárias. Esse termo do acordo valia para impedir que a Bolívia prejudicasse a indústria salitreira do Chile, pois na província de Antofagasta, grande parte dos investimentos, eram advindos do Chile¹²². Ou seja, a Bolívia ficava impedida de exigir novas ordens tributárias tendo em vista que isso lesaria os investidores chilenos.

Com a assinatura desse tratado, o clima de tranquilidade foi retomado na América do Sul, para ser quebrado cinco anos mais tarde, em fevereiro de 1879, quando a Guerra do Pacífico teve seu início. A motivação para o estopim do conflito foi a aplicação de uma taxa, pela Bolívia, de 10 centavos de dólares sobre 100 gramas de salitre extraído pela

¹²¹ AQUINO, R. S. L. de. *A guerra do Pacífico*. In: História das sociedades americanas. 4. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1990. p. 178.

¹²² Id.

empresa Chilena em Antofagasta. Em resposta, houve uma recusa a pagar tal imposto, pois este feria o acordo firmado em 1874. Com isso, o governo boliviano ameaçou tomar a empresa para si, o que fez com que o governo chileno intervisse, invadindo o porto de Antofagasta. O Peru, aliado da Bolívia, tentou negociar com o Chile um tratado de paz, porém, devido a recusa deste em confirmar um estado de neutralidade à guerra, o Chile não viu outra alternativa a não ser declarar guerra também a essa república.

A guerra do Pacífico, por ter como alvo o Atacama, que divide esses três países, deu ao mar uma importância imprescindível, pois quem tivesse o domínio do oceano poderia movimentar e desembarcar tropas facilmente, evitando longas jornadas por dentro do deserto. E foi assim que o Peru manteve uma chama de esperança da vitória viva, com o Almirante Miguel Grau, comandante do famoso encouraçado peruano Huáscar.

Miguel Grau manteve os exércitos chilenos por um determinado período fora de ação, não permitindo a movimentação destes pelo oceano, enquanto assolava portos e pequenos navios da frota chilena. Grau se tornou o maior herói da guerra do Pacífico e em batalha derrotou o maior herói do Chile, o capitão Prat. Porém, logo após esta vitória, acabou por morrer na Batalha de Angamos, em 8 de Outubro de 1879. Para a historiografia é um consenso considerar esta batalha como o ponto decisivo para apontar o vitorioso, pois deu o domínio dos mares para os chilenos, levando esta nação para uma rápida vitória contra os aliados.

Já em 26 de Maio de 1880 a Bolívia se retirava do combate, esfacelada e sem condições de manter qualquer ajuda ao Peru. Este, por sua vez, assistiu a facilidade que as tropas chilenas tiveram para chegarem até Lima, aonde não encontraram um governo para negociar os tratados de paz. O Peru estava dividido, e a parte econômica, destruída. Os lucros que chegavam, antes da guerra, advindos da extração do salitre, foram investidos em estradas de ferro, na formação de uma burocracia estatal e na melhoria do exército, segundo Gabriela Pellegrino Soares¹²³.

Voltando ao final da guerra, o Peru viu um levante popular surgir a partir da resistência popular que havia sido organizada para expulsar os chilenos. Quando essa parcela da população percebeu que não havia um comando para o país e que as velhas oligarquias tinham perdido os seus poderes, surgiu a oportunidade de tomar o poder no Peru e instalou-se praticamente uma guerra civil durante a permanência chilena no país,

¹²³ SOARES, G. P., COLOMBO, S. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do séc. XIX e princípios do XX*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 19-71.

em que pouco importava se o inimigo era peruano ou chileno, mas sim qual era a sua etnia, como é colocado por Soares & Colombo, afirmando que “durante a guerra, as tensões étnicas existentes nessa sociedade peruana se sobrepuseram à solidariedade nacional, levando a um enfrentamento entre os peruanos baseado em suas características étnicas”¹²⁴.

Ao voltarmos a guerra, durante todos os embates, a superioridade chilena foi evidente e em sua diplomacia, mesmo com tentativas de se restabelecer a paz, negou acordos que não iam de encontro a todos os interesses chilenos. Para chegarem a um consenso, foi necessário ao Peru ceder a rica província de Tarapacá e a Bolívia a de Antofagasta, a única que permitia a sua saída para o mar. Essas questões representam problemas diplomáticos até os dias atuais, tendo em vista as constantes acusações peruanas contra o governo chileno de espionagem e vice-versa.¹²⁵

Além disso, o encouraçado Huáscar, que foi tomado na guerra e passou a pertencer a marinha chilena, foi solicitado pelo Peru por inúmeras vezes após vários anos do final da guerra, mas o Chile mantém consigo tal embarcação. A justificativa chilena é que o maior herói chileno dessa guerra, o capitão Prat, foi morto quando estava a bordo do Huáscar. Em contrapartida, o Peru alega que tal embarcação faz parte da marinha de guerra peruana e foi comandado pelo grande herói nacional, o Almirante Grau, e por isso faz parte da história militar do Peru, não do Chile. Parando para analisar um caso como este, podemos pensar ser algo pequeno, de nenhum valor, mas se fossemos peruanos ou chilenos entenderíamos a importância de uma relíquia de guerra como essa, que faz parte de um dos momentos históricos mais importantes de ambos os países.

Quanto a Bolívia, as reivindicações quanto a sua saída soberana para o mar mantêm-se em vias diplomáticas do governo boliviano com o governo chileno. Tal caso já foi levado pela Bolívia a ONU, em 1945, e a OEA. A conquista mais próxima desse objetivo boliviano continua sendo a permissão chilena, dada quando foram assinados os tratados de paz, da livre utilização, por parte da Bolívia, do porto chileno de Antofagasta. Porém, um complicador dessa situação é a presença do artigo da constituição boliviana, número 268 de seu projeto, que afirma “o direito irrenunciável e imprescritível sobre o território de acesso ao Oceano Pacífico”.

Podemos concluir que a Guerra do Pacífico teve, na cobrança do imposto, por

¹²⁴ Id.

¹²⁵ SANTOS, op. cit., p. 131-146.

parte da Bolívia, e a posterior ameaça de nacionalização da indústria chilena¹²⁶ de salitre, que se recusou a pagar essa taxa, como o estopim da guerra, com a invasão chilena do porto de Antofagasta. Porém, não se é apresentado o que levou os bolivianos a exigirem essa cobrança. O portal de notícias bolivia.com, em um especial do ano de 2006, sobre a Guerra do Pacífico e os 137 anos sem a saída soberana para o Oceano Pacífico¹²⁷, afirma, no resumo da história da guerra, que as causas desse imposto foi a reconstrução da própria província de Antofagasta, que havia sofrido um forte abalo sísmico. Por outro lado, nos textos organizados por Leslie Bethell, no trabalho de Soares & Colombo¹²⁸, e em nossa fonte, O Império e as Repúblicas do Pacífico, de Luís Santos, não contêm nenhuma informação sobre esse desastre natural. E, além disso, não há nenhuma referência sobre um suposto descontentamento da Bolívia com o tratado de 1874¹²⁹, o que poderia levá-la a cobrar tal imposto, com o interesse de gerar maiores lucros.

Olhando para a situação social boliviana, Herbert S. Klein nos apresenta um quadro onde, até meados de 1800, o país sobrevivia da exploração de minérios, mas que, chegando em 1900, a Bolívia já se via com três quartos de sua população trabalhando no campo. Na política, os governos ditatoriais aplicavam variados golpes, o que acabou gerando um processo de instabilidade comum para a população. Com isso, é difícil pensarmos numa Bolívia que se interessava em quebrar um acordo que a tanto tempo desejava estabelecer com o Chile, em vistas a superioridade militar deste vizinho¹³⁰.

Pode-se ainda pensar que a Bolívia estava confiante devido ao acordo de ajuda firmado com o Peru; entretanto, havia o consentimento da superioridade chilena por ambos os países, o que se evidencia, primeiro, com o próprio tratado secreto, que Bolívia e Peru assinaram temendo as investidas chilenas, e, em segundo, com a tentativa do Peru da assinatura de um tratado de paz, tentando, ao máximo, evitar a guerra.

Outro aspecto importante é que Luís Santos argumenta que a guerra do Pacífico gerou enormes lucros a economia inglesa mas não por ela ter incentivado o Chile a invadir a Bolívia e em seguida o Peru. Isso ocorreu sendo apenas uma resposta a quebra

¹²⁶ A empresa chilena Antofagasta Nitrate & Railway Company fazia a extração dos adubos em solo boliviano.

¹²⁷ Disponível em: http://www.bolivia.com/Especiales/2004/dia_del_mar/01.Nota.asp. Acesso em: 18 de Março.

¹²⁸ SANTOS, COLOMBO. Op. cit. 19-71.

¹²⁹ Em 1874, Bolívia e Chile assinaram um tratado que firmava os impostos cobrados sobre a extração do salitre até o ano de 1899.

¹³⁰ KLEIN, H. S. *A Bolívia da Guerra do Pacífico à Guerra do Chaco, 1880-1932*. In: BETHELL, L. (Org.); tradução Geraldo Gerson de Souza. *História da América Latina: de 1870 a 1870*, volume V. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

do acordo pela Bolívia e não como um interesse inglês pois, se fosse dessa maneira, o Chile jamais teria firmado algum tratado com a Bolívia sobre suas fronteiras¹³¹. Assim, Luís Santos contraria os estudiosos bolivianos do especial *Sin mar... hasta 127 años*¹³², que sugerem que a Inglaterra foi a responsável por todo o conflito, devido as enormes vantagens econômicas obtidas por essa nação.

O problema da argumentação dos autores do especial em questão é que não se leva em conta que tais vantagens econômicas foram alcançadas devido a queda dos valores das ações, durante a guerra, das empresas salitreiras, tanto peruanas como chilenas que, com o fim do conflito, voltaram ao ter um alto valor. Ou seja, não só a Inglaterra, mas qualquer outra nação poderia ter arriscado a compra destas ações por um valor inferior e ter lucrado com a alta das mesmas, ou ter perdido tal capital investido caso houvesse uma destruição das empresas salitreiras. Isto se baseia não apenas no que Luís Santos afirma, mas também em Soares & Colombo, pois em sua obra é apresentada as mudanças ocorridas à época no capitalismo, em que os países detentores de uma maior riqueza passaram a investir altas quantias nos países sul-americanos¹³³.

2.2 A GUERRA DO PACÍFICO: ANÁLISE DE CANAVEZE

No texto “O Brasil e a Guerra do Pacífico: as relações do governo brasileiro com Chile, Bolívia e Peru (1879-1890)”¹³⁴, Rafael Canaveze afirma que “o estudo sobre as relações internacionais é um campo de pesquisa histórica recente no Brasil, principalmente, quando se trata da análise das relações do governo brasileiro com os países andinos, no decorrer do século XIX”¹³⁵. Além disso, comenta sobre os interesses da historiografia tradicional, que está mais ligada as relações imperiais com as nações do Prata, europeias e os EUA.

Nesses comentários gerais, cita Luís Santos, concordando com a importância que este obteve com suas pesquisas e o que elas representam para os estudos do Império quando relacionado com as nações andinas. Canaveze comenta ainda sobre as relações imperiais que atentavam aos acordos sobre as fronteiras, o comércio na América do Sul, as permissões para navegações fluviais e o tráfico de escravos - este último sendo um

¹³¹ SANTOS, op. cit., 131-133.

¹³² Disponível em: http://www.bolivia.com/Especiales/2004/dia_del_mar/01.Nota.asp. Acesso em: 18 de Março.

¹³³ SANTOS, COLOMBO. Op. cit. 19-71.

¹³⁴ CANAVEZE, R. *O Brasil e a Guerra do Pacífico: as relações do governo brasileiro com Chile, Bolívia e Peru (1879-1890)*. Disponível em:

<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Rafael%20Canaveze.pdf>. Acesso em: 18 de Março.

¹³⁵ Id.

fator adicional que não está tão presente na obra de Santos. Assim, o autor entende a diplomacia imperial desinteressada nas demais questões que afetavam seus vizinhos na América, pois considera que o Império esteve mais empenhado em se confirmar como um estado, já que se diferenciava, em seu modelo político, das repúblicas sul-americanas. Ou seja, “o regime monárquico foi determinante na política internacional brasileira para o continente”¹³⁶.

A partir dessa passagem, enxergamos que a escolha pela monarquia no Brasil foi um dos motivos para o constante indício de uma possível aliança antibrasileira na América do Sul, elemento esse que podemos ver em Luís Santos perdurar por todo o período do Império em suas relações exteriores. Canaveze comenta que, se por um lado, as antigas colônias espanholas buscavam o modelo republicano de governo por este romper com a ideia de absolutismo e de pacto colonial, o Brasil manteve-se como um exemplo que lembrava esses ideais rechaçados. Além disso, o autor afirma que o Império “se absteve ou ignorou os convites feitos pelas nações vizinhas para participar de congressos interamericanos, isolando-se diplomaticamente, pois, temia sofrer retaliações por parte das nações republicanas”¹³⁷.

Nesse aspecto, vemos que Canaveze vai além daquilo colocado por Santos; enquanto o segundo mantém a ideia de uma política externa errante, quando relacionada aos congressos americanos, visando apenas participar quando realmente necessário, devido às preocupações internas serem dispostas com maior cautela a serem solucionadas, Canaveze já afirma que o Império preferiu o isolamento, boicotando ou, simplesmente, ignorando as propostas de reuniões nas Américas, contrapondo a opinião de Santos que coloca a constante preocupação com os congressos americanos para que esses não fossem reuniões com o intuito de se formar uma aliança antibrasileira e, portanto, as missões diplomáticas possuírem o fim de se obter informações sobre as intenções nesses congressos.

Em relação as negociações, Canaveze apresenta a posição brasileira de negociar acordos e resolver seus litígios de forma bilateral, buscando deixar de lado “o princípio da arbitragem, que se baseia na mediação de um terceiro país para a resolução de um impasse entre duas nações, como desejavam seus vizinhos”¹³⁸. E apresenta ainda uma análise interessante quando defende que o Império se enxergava com força suficiente

¹³⁶ Id.

¹³⁷ Id.

¹³⁸ Id.

para fazer valer suas intenções sobre as repúblicas sul-americanas em acordos bilaterais, apresentando, como exemplo, a Guerra do Paraguai. Essa posição é interessante pois parece nos levar, novamente, a uma teoria que parte da obra de Luís Santos e procura ir além, defendendo com ênfase a ideia de que o Império se considerava uma grande força política no continente americano e que isso criaria o pressuposto para preferir tais acordos, que vemos tantas vezes serem realizados na obra que nos serve de fonte, como, por exemplo, na missão especial as repúblicas do Pacífico.

Em análise acerca das condições do Império, Luís Santos busca mostrar que, mesmo a Guerra do Paraguai sendo um exemplo da atuação diplomática brasileira, onde seus interesses foram alcançados, tal conflito gerou ao Império também consequências negativas, como uma enorme dívida interna e o aumento do exército, que passou a sofrer influência de ideias positivistas, que resultavam numa contrariedade, por parte dos militares, à liderança de D. Pedro II. Nesse contexto, podemos observar uma análise do Brasil Imperial, em meados de 1850, com os investimentos nas ferrovias e o processo de atender os elementos que o capitalismo exigia dentro de seu desenvolvimento, como os investimentos direcionados não mais apenas a agricultura, mas chegando a outras áreas do comércio. E, por fim, a própria sociedade brasileira se via em um momento que as sugestões por uma república, sem escravidão, ganhavam força e ameaçavam a continuidade do poder imperial. Esse pequeno apanhado da época serve para que Canaveze realize uma comparação sobre a situação da política externa brasileira, aonde encontrou visões diferenciadas.

Para Cervo & Bueno¹³⁹, “a diplomacia brasileira teve que repensar sua política para o continente, dado o conflito com o Paraguai, seu antigo aliado e, para isso, o Império buscou aliar-se com outros países, como Chile e Bolívia, a fim de manter sua “presença” na bacia platina”. Tal visão diferencia-se daquela que podemos observar no primeiro capítulo dessa monografia, baseado no texto de Luís Santos. Canaveze comenta que, para Luís Santos, “o Império se manteve neutro às iniciativas de formar alianças e contra-alianças no continente”¹⁴⁰.

Já em relação a Guerra do Pacífico, tema central do estudo aqui analisado e comparado, o autor tece comentários sobre o pequeno número de estudos realizados no Brasil sobre esse conflito. Em contrapartida, Canaveze traz um importante fato histórico que ocorreu no Brasil à época dessa guerra. Este foi o interesse que parte da imprensa

¹³⁹ CERVO & BUENO. *História da Política Exterior do Brasil*. 2009. In: CANAVEZE, op. cit.

¹⁴⁰ SANTOS, op. cit.

brasileira deu ao conflito, em especial o periódico paulista *A província de São Paulo*. Nessas publicações, haviam dados sobre a guerra, como os números dos exércitos e a própria ação diplomática dos países envolvidos. E também, por ser um jornal de prestígio, o autor atenta para o fato de que o conflito teve grande repercussão no Brasil. A partir disso, Canaveze busca contextualizar a guerra, desde as motivações que levaram ao conflito até seu fim.

Assim como vemos em Luís Santos, fica evidente que os problemas fronteiriços foram a fonte da guerra. Ou seja, as imprecisões, quanto aos limites, existentes já no período colonial, deram o início aos primeiros debates quanto a extração de guano e salitre no deserto do Atacama que, após adquirir importância econômica, deu abertura para essas discussões diplomáticas se tornarem acirradas entre Chile, Bolívia e Peru.

Em uma passagem interessante do autor, trazendo maiores informações sobre a extração desses fertilizantes, é colocada a importância deles para a consolidação do poderio econômico chileno, advindo da estabilidade política que essa república conseguiu ter.

à passagem legal do poder político no Chile para os liberais, no início da década de 1860, cujo domínio se manteve até o fim dos anos 80. O Partido Liberal, composto principalmente por setores médios urbanos, manufatureiros e os novos empresários mineiros, deu um novo sentido à economia chilena¹⁴¹.

Afirmção essa que encontra respaldo em Maria Lígia Coelho Prado, em “A Formação das Nações Latinas Americanas”¹⁴² onde é explicado que o período em questão significou uma mudança na economia chilena, que viu uma alternância da agricultura para a mineração. Assim como em Luís Santos, a autora afirma que devido as empresas mineradoras do Chile se instalarem em regiões ainda não definidas do Atacama, deu-se início as negociações entre Bolívia e Chile para determinar os seus limites.

Além disso, a autora observa, assim como Luís Santos, que:

¹⁴¹ SANTOS, op. cit.

¹⁴² PRADO, M. L. C. *A formação das nações latinas americanas*. Editora Atual, 1986, 80p. In: CANAVEZE, op. cit.

a análise das relações diplomáticas e do posicionamento do governo brasileiro ante os beligerantes é relevante, pois tais relações foram importantes nos cálculos estratégicos e políticos dos países envolvidos, assim como para o Brasil, preocupado com o desenrolar e as consequências do conflito.¹⁴³

Ou seja, assim como já comentado, o papel que a diplomacia brasileira realizou teve influência direta no decorrer da guerra. A possível aliança entre Chile e Brasil, que perdurou até o fim do Império, apresentou uma forte ligação com os caminhos que Bolívia e Peru tomaram em busca de uma aliança com a Argentina. Esta, por sua vez, também atuou de maneira enfática, pois, assim como poderia ter uma aliança ofensiva, sabia que Chile e Brasil juntos poderiam agredir seus territórios, fazendo com que ligações com Peru e Bolívia servissem para sua defesa também.

Assim, podemos demonstrar a importância dos estudos diplomáticos, pois a partir deles e dos comentários acima, fica claro que é possível se realizar uma análise de um conflito a partir da atuação das diplomacias. Nesse caso, um conflito como a Guerra do Pacífico, que envolveu três nações andinas, pode levar um leigo a pensar que não existiu uma atuação brasileira ou que esse conflito não se relaciona com a nossa história, o que pode-se mostrar ser errado a partir dos estudos das relações exteriores.

2.3 FRONTEIRAS, COMÉRCIO E DIPLOMACIA.

Nesse item, pretende-se apresentar algumas obras que tratam de conteúdos levantados por Gomes Santos e que foram o eixo dessas pesquisas. O objetivo se detém em analisar e comparar as informações levantadas, assim como realizado no item anterior deste segundo capítulo.

Um dos assuntos que possibilitam o estudo dentro das relações exteriores do Império do Brasil está no exame da carreira dos diplomatas imperiais, que desempenharam um papel fundamental no alcance dos objetivos exteriores do Brasil. Afim então de apresentar um exemplo, enxergamos a carreira diplomática de Francisco Adolfo Varnhagen abordada na obra “Realpolitik do Império nas repúblicas do Pacífico: atuação de Varnhagen - 1863-1867”¹⁴⁴ de José Augusto Miranda. Esse texto apresenta aspectos diplomáticos e dos tratados comerciais, que aqui se encontram no recorte

¹⁴³ Id.

¹⁴⁴ MIRANDA, J. A. *Realpolitik do Império nas repúblicas do Pacífico: atuação de Varnhagen - 1863-1867*. Disponível em: http://www.pucsp.br/cehal/downloads/textos_congresso_goiania_2010/06_08_2010_Miranda%20JAR.pdf
Acesso em: 18 de Março.

desejado por essa monografia.

Miranda apresenta, em um primeiro momento, uma pequena biografia de Varnhagen antes dele atuar como diplomata do Império. Vemos que isso tem início em 1843, quando Varnhagen encontrava-se em Portugal, como adido brasileiro e, 1847, com uma transferência para Espanha, deu início aos seus estudos sobre história geral e do Brasil. Em seu retorno ao Brasil, quatro anos depois, assumiu o cargo de consultor nos projetos de delimitação territoriais, no que tangia o Império com as repúblicas hispânicas, com a Guiana Inglesa e a Francesa¹⁴⁵. Por fim, Miranda afirma que “a trajetória como pesquisador o tornara grande conhecedor dos tratados e mapas utilizados nas negociações políticas acerca de limites territoriais, e foram aplicados nas negociações do Império brasileiro com os países limítrofes”¹⁴⁶.

Nesse primeiro levantamento, podemos observar uma importância nesses estudos dos diplomatas, pois a pesquisa de Luís Santos, por não focar na vida desses, não apresenta aspectos sobre a formação desses representantes imperiais, o que acaba sendo o alvo de estudos como o de Miranda, contribuindo para as pesquisas no campo das relações exteriores.

A trajetória de Varnhagen na América do Sul, no campo diplomático, tem início em 1859, no papel de ministro do Império no Paraguai. Essa função na república paraguaia durou poucos meses e, em 1861, voltou a atuar fora do Império, sendo ministro residente na Venezuela, Colômbia e Equador.¹⁴⁷

Na Venezuela, segundo Miranda, não pôde trabalhar com o objetivo de definir as fronteiras entre essa nação e o Império, devido a grande instabilidade interna na Venezuela, porém, subscreveu tratados de navegação do Rio Amazonas e Orinoco. E, junto ao governo desta república, alcançou sanções que regulamentaram a extradição de criminosos¹⁴⁸.

É interessante lembrarmos o contexto imperial dessa época, estudado em Luís Santos, quando o Brasil estava consolidando sua política externa frente as nações vizinhas, decidindo buscar soluções para as questões fronteiriças e os tratados de navegação, principalmente na bacia amazônica, utilizando esse segundo ponto como

¹⁴⁵ Id.

¹⁴⁶ Id.

¹⁴⁷ Id.

¹⁴⁸ Id.

barganha para alcançar suas metas nas fronteiras.¹⁴⁹

Nesse aspecto, Luís Santos apresentou a missão especial de Miguel Maria Lisboa na Venezuela, em Nova Granada e no Equador, quando este alcançou na Venezuela, acordos sobre limites e extradição, em 1852, e de navegação fluvial em 1853. Porém, esses acordos não foram ratificados pelos governos destas repúblicas, frustrando os planos Imperiais na missão de Miguel Lisboa.

Entretanto, é colocado por Luís Santos que em 1859 “um novo tratado, nas mesmas bases do [tratado] anterior, fixando a respectiva fronteira e regulando, definitivamente, a navegação fluvial entre os dois países.”¹⁵⁰. Dessa forma, os autores entram em conflito, pois Miranda coloca as negociações de Varnhagen, a partir de 1861, como sem possibilidades do tratar quanto as fronteiras, algo que Luís Santos afirma ter sido fixado em 1859.

Dando continuidade as atuações deste diplomata, o ano de 1863 marcou sua ida ao Peru, como ministro residente, encarregado dos assuntos que envolviam Peru, Chile e Equador. Por fim, encerrou suas atividades como diplomata brasileiro como ministro plenipotenciário, na corte de Franz Joseph na ÁustriaHungria¹⁵¹.

Quanto a análise em si, a estadia de Varnhagen no Peru foi escolhida como objeto de análise no trabalho de Miranda. Assim, o autor passa a retratar um apanhado do contexto geral aonde se deram as missões desse diplomata.

Nesse período, a partir de 1863, o autor comenta sobre o quadro de instabilidade política interna peruana, com sucessivos golpes políticos. Apresenta o contexto dessas lutas, exemplificado em termos, travadas entre conservadores, militares e católicos contra os liberais. Dessa forma, entende-se que tal situação tornou-se um desafio para as relações diplomáticas com essa república, uma vez as negociações se davam com diferentes líderes, que eram substituídos, em poucos anos¹⁵². Um exemplo disto, contido em Luís Santos, está na revolta do general peruano, Mariano Ignacio Prado, que depôs o presidente General Vivanco, que havia assinado os tratados de paz com a esquadra espanhola, após a invasão dessas às Ilhas Chichas, no início da Guerra da Quádrupla Aliança.

Miranda também levanta aspectos da economia peruana dessa época, que

¹⁴⁹ SANTOS, op. cit. p.77.

¹⁵⁰ Ibid. p.82

¹⁵¹ MIRANDA, op. cit.

¹⁵² Ibid.

encontrava-se dentro do contexto dos lucros advindos da exploração do guano, responsável por mais de 50% das exportações do país¹⁵³. Há também comentários sobre as relações exteriores peruanas, que mantinham amizade com a Bolívia e o Chile, encontrando apenas no Equador litígios, que tocavam as questões territoriais na Amazônia¹⁵⁴. Essas discussões sobre os limites estavam indefinidos desde a guerra entre Peru e Grã-Colômbia, quando a solução alcançada para as agressões foi a independência da região disputada, no caso, o Equador.

Em relação ao Chile, Miranda levanta a história chilena na política, nesse período, que possibilitou o contexto de hegemonia chilena no Pacífico, que vimos no capítulo anterior dessa monografia, pois diferente das crises e guerras civis que muitos dos seus vizinhos passavam, o Chile encontrou na estabilidade política a estabilidade econômica para despontar como uma nação em franco desenvolvimento¹⁵⁵.

Quanto aos limites chilenos, que levariam a todo o contexto da guerra, apresentado por Luís Santos, também é discutido por Miranda. Como já foi visto, eram discutidas as fronteiras com Bolívia e também com a Argentina, na disputa pela Patagônia. Nesse aspecto, Miranda cita uma passagem de Luís Santos, utilizada aqui também, no primeiro capítulo, que trata desse litígio entre Argentina e Chile.

A discussão dos limites entre o Chile e a Argentina é um importante foco de tensão a ser destacado. Os antecedentes desta polêmica datam de 1847, quando a Confederação Argentina protestou contra a ocupação chilena dos territórios que consideravam seus. Iniciava-se, assim, o debate sobre a posse de toda a região da Patagônia e dos estreitos do sul do continente.¹⁵⁶

Quanto às relações diplomáticas do Brasil com Peru, Chile e Equador, alvo da análise de Miranda, esse concorda com Luís Santos quando vemos que apenas a partir de 1860 elas realmente passaram a ter uma importância significativa. Assim, confirmando esse período como da busca imperial em consolidar suas relações exteriores, buscando resolver os tratados fronteiriços e comerciais. Questões essas que antes desse período em análise eram deixadas de lado, devido aos pequenos lucros que o comércio entre Brasil, Peru, Chile e Equador traziam, e o interesse desses estados em primeiro se

¹⁵³ Cf. BONILLA, Heraclio. *Guano y burguesia em el Peru*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1984.

¹⁵⁴ MIRANDA, op. cit.

¹⁵⁵ Id.

¹⁵⁶ SANTOS, op. cit., p.113-114.

consolidar politicamente, deixando de lado as discussões sobre limites.¹⁵⁷

Como vimos em Luís Santos, a partir de 1860, o continente sul-americano apresentou um quadro beligerante com a Guerra da Tríplice Aliança e a Guerra da Quádrupla Aliança contra a Espanha. Assim, as questões fronteiriças tomaram um patamar primário nas relações exteriores e, posteriormente, vimos as grandes possibilidades de alianças ventiladas no campo político americano, que resultariam no tratado secreto entre Peru e Bolívia contra o Chile.

Nesse período, Miranda lembra sobre a proposta peruana de se organizar um novo congresso americano, com o objetivo de se tratar os litígios fronteiriços, e também, a situação da Guerra do Paraguai, em um contexto que as nações andinas criticavam a Guerra da Tríplice Aliança, devido seu tratado de ataque, que feria a soberania paraguaia sobre seus territórios.

Esses ataques à atuação imperial frente ao Paraguai eram resultado de uma soma de incidentes diplomáticos anteriores. Por exemplo, a neutralidade imperial perante o ataque espanhol às nações andinas. Nessa ocasião, o autor apresenta a posição de Varnhagen, que se uniu a crítica das nações andinas contra os ataques espanhóis, e que, posteriormente, seria repreendida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro, por pedir a total neutralidade deste representante brasileiro em Lima em relação a esse conflito¹⁵⁸.

Outro aspecto presente na pesquisa de Miranda é o levantamento realizado a partir dos jornais da época, que fizeram parte das críticas ao Império brasileiro, devido sua apatia quanto a crise com a monarquia espanhola, e o recém instalado império de Maximiliano I Habsburgo, no México, com a atuação francesa, que foram entendidos como uma conspiração para se implantar regimes monárquicos na América do Sul, com o apoio brasileiro. Nesse aspecto, ressaltamos a importância dos estudos sobre as relações exteriores, que nesse caso pôde ser realizado através da pesquisa nos jornais da época, demonstrando mais um exemplo de fonte que oferece um campo para análises.

Por fim, somado a essas acusações, o emprego de ataques brasileiros, a fim de alcançar sua hegemonia no continente sul-americano, com a guerra contra o Paraguai, levaram a uma imagem desgastada do Império com as nações do Pacífico. Dessa forma, o Congresso Americano de Lima, em 1867, não contou com a participação do Brasil, uma

¹⁵⁷ MIRANDA, op.cit.

¹⁵⁸ Id.

vez que a conclusão de Varnhagen sobre esse assunto não enxergava ganhos significativos para o Império e, a participação brasileira poderia até mesmo trazer dificuldades ao Império, pois o congresso parecia ter a intenção, também, de se tornar um encontro aonde este sofreria diversos ataques, devido sua atuação no campo exterior, e fosse prejudicado nas negociações sobre os limites, caso as repúblicas hispânicas fossem solidárias entre si, unindo-se contra o Império.¹⁵⁹

Nesse contexto, o autor apresenta uma análise interessante a partir da resposta que o ministro chileno, Marques de Abrantes, realizou ao responder o convite do governo peruano para esse congresso. O interesse chileno estava em chamar para esse encontro o Império do Brasil e o EUA, que não haviam sido convidados, pois, a partir das observações que Varnhagen fez quanto essa intenção chilena, conclui que

com a ampliação dos convidados no congresso, as pautas de negociações também seriam alargadas. Logo, questões como as fronteiras entre o Chile a Bolívia e a Argentina diluir-se-iam ante a presença “contraditória” da Monarquia escravista brasileira em meio as Repúblicas não escravistas.¹⁶⁰

Além da percepção de Varnhagen quanto aos interesses chilenos, esse diplomata também criticou o arbitramento que seria realizado nessa reunião, pois cada nação tendo direito a um voto, o Império do Brasil estaria isolado politicamente¹⁶¹, uma vez que o Império já tinha ciência que representava um “corpo estranho” dentro da política sul-americana.

Então, na abertura do Congresso, em 1867, foi vista as declarações do presidente do Peru, Mariano Ignacio Prado, criticando a atuação do Brasil na Guerra da Tríplice Aliança e suas relações exteriores, o que levaria Varnhagen a pedir retratações diplomáticas. Foi dentro desse contexto analisado por Miranda, que levou a quebra das relações diplomáticas entre o Império e o Peru, analisadas também por Luís Santos.¹⁶²

Após essa primeira análise, pretende-se apresentar outra pesquisa relacionada aos interesses fronteiriços, comerciais e diplomático. Dessa forma, faz se valer tecer comentários sobre a obra “Fugas para Bolívia: o asilo territorial concedido aos cativos

¹⁵⁹ Id.

¹⁶⁰ Id.

¹⁶¹ Id.

¹⁶² SANTOS, op. cit.

brasileiros (1825-1832)”¹⁶³ de Newman di Carlo Caldeira, que possibilita um estudo sobre assuntos que somam aquele pretendido por Luís Santos, por esse estudos discutir as diferenças no processo de independência da América do Sul e, principalmente, as questões que tocam a abolição da escravidão.

As questões sobre a escravidão tiveram, nas regiões fronteiriças, um aspecto incomum, pois existia o interesse dos senhores de escravos que defendiam não apenas a manutenção desse modo de trabalho mas, também, repatriamento de escravos que haviam fugido para as repúblicas vizinhas, onde o Império encontrou enormes dificuldades devido a falta de tratados sobre extradições e na sua própria parca negociação exterior.¹⁶⁴

A divisão temporal escolhida por Caldeira foi de 1830 a 1860, por esse recorte apresentar tanto o período em que quase não existiam intenções diplomáticas no continente sul-americano, assim como as tentativas com maior ênfase para que se estabelecessem acordos de extradição, tratados de amizade, limites territoriais, navegação fluvial, comércio entre o Império do Brasil e a República da Bolívia.

Como visto com a própria obra analisada de Luís Santos, Caldeira afirma existir poucos trabalhos que se dedicam ao tema de cativos brasileiros que fugiram para as repúblicas hispânicas na época do Império do Brasil, por isso seu trabalho acaba contendo muito da análise sobre as diplomacias e tentativas de acordos para que tal situação fosse resolvida.

Como um dos objetivos de Caldeira é enxergar as consequências das fugas de escravos do Império para nações limítrofes, principalmente aquelas a província do Mato Grosso, o autor defende que a noção de escravidão deve ser conhecida a partir daquilo que essa implicava no campo jurídico, estabelecidos pelo Estado moderno independente e pelos conceitos de nação, nacionalidade e cidadania a ele atribuídos, que surgem na América do Sul com o processo de independência das antigas colônias.¹⁶⁵

Ao citar Luís Santos, Caldeira lembra o interesse do primeiro nas tratativas para o ajuste das linhas de fronteira e concessão do direito de livre-navegação dos rios. Assim, as fronteiras tem sua importância por definir tais tratados, e, no estudo dessas neste período, é lembrado, mais uma vez, o conceito do *uti possidetis*, devido sua utilização nos

¹⁶³ CALDEIRA, N. di C. *Fugas para Bolívia: o asilo territorial concedido aos cativos brasileiros (1825-1832)*. Disponível em: http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_15.pdf. Acesso em: 18 de Março.

¹⁶⁴ Id.

¹⁶⁵ Id.

tratados oferecidos e acordados com as repúblicas hispânicas por parte do Império. E a resistência que essas repúblicas ofereceram a tal conceito, por visarem nos tratados fronteiriços, estabelecidos entre as coroas portuguesas e espanholas à época colonial, um maior interesse, por acreditarem que a definição dos limites a partir deles seria mais satisfatória a seus interesses.

O autor defende que para Luís Santos, as negociações imperiais com as demais nações sul-americanas se davam muito mais baseadas com o medo de uma aliança antibrasileira do que por oportunidades comerciais. Dessa forma, as questões militares estavam ligadas com as da soberania nacional, principalmente para confirmar, também, a posição de grande força que o Império entendia representar, principalmente, na região do Prata.¹⁶⁶

A partir das primeiras relações internacionais entre Império e as repúblicas da América do Sul é que se faz possível o entendimento dessas questões sobre a fuga de escravos para outras nações, pois é no início do processo de pós-independência que os conceitos de cidadania e direito civil surgem, e estes, ligam-se a ideia de escravidão, uma vez que Caldeira analisa como se dava o tratamento desses cativos, observando onde se encontravam e aonde haviam nascido, para então buscar a compreensão sobre o tratamento jurídico que era dado a esses. Quanto a isso, as fontes diplomáticas, segundo o autor, não revelam o tratar que os estados, recém independentes, tinham dentro desse contexto¹⁶⁷ e por isso, o trabalho de Luís Santos, tem relativa importância, pois trata da construção das relações exteriores do Império, e em qual contexto se firmaram os acordos de extradição.

A partir dessas negociações, existiu o compromisso do Império em repatriar ou pedir a extradição dos cativos que fugiam do Brasil, aonde outro objetivo do autor é entender a relação de poder entre os interesses locais e o poder central. Em exemplo, os donos de cativos exigiam a defesa de seu direito à posse, enquanto as nações limítrofes ao Império aplicavam o direito da *terra livre* aonde eles se encontravam após a fuga.¹⁶⁸

Adentro ao campo das relações entre o Império e a Bolívia, é confirmada, aqui, a defesa que o Brasil apenas se interessou com as repúblicas do Pacífico para evitar uma possível aliança antibrasileira, essa tentada durante a Guerra da Cisplatina, quando foi se utilizado, pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, a lembrança do Incidente de Chiquitos,

¹⁶⁶ Id.

¹⁶⁷ Id.

¹⁶⁸ Id.

que o autor realiza uma apresentação contextual sobre.¹⁶⁹ E, assim como em Luís Santos, é entendida em Chiquitos a situação que levou ao início das relações exteriores brasileiras com as demais nações da América Andina, reiterando o objetivo de se evitar uma aliança ofensiva contra o Império.

Um aspecto de análise interessante a se levantar é que Caldeira apresenta uma visão de Chiquitos sobre saques e vandalismos, supostamente, praticados pelas tropas brasileiras quando ocupavam Chiquitos. Nesse contexto, não foi observado em Luís Santos, nenhuma referência a estes acontecimentos e, além disso, foi colocado que não houve, de fato, uma permanência representativa de fato nesta região¹⁷⁰. Isso demonstra uma soma aos estudos nesse campo, a partir do lançamento de nossa fonte

Em continuidade, Caldeira apresenta um contexto geral sobre as primeiras negociações diplomáticas entre o Império e a Bolívia, mostrando o quadro de instabilidades políticas em tais países e as percepções brasileiras sobre a defesa da superioridade do sistema monárquico perante o republicano, evidenciando uma modesta atuação das diplomacias. É, por tanto, a partir da década de 1830, que o autor observa o surgir da necessidade de se encontrarem soluções para a os limites entre o Império e a Bolívia. Isso ocorreu, segundo a pesquisa de Caldeira, devido as invasões bolivianas ao território de Salinas do Jauru, considerado pelas autoridades brasileiras como parte integrante do Império brasileiro. O episódio ocorreu em 1834, quando o então presidente da província de Mato Grosso, Antônio Pedro de Alencastro, aceitou o projeto boliviano de abertura da navegação dos rios e, em contrapartida, propôs que o governo do departamento de Santa Cruz de la Sierra abrisse uma estrada do povoado boliviano de S. Juan até a região conhecida como marco do Jauru. Assim, surgiram intenções bolivianas de conquistar territórios próximos a Jauru, o que criou um clima de tensão nesta área. Em primeiro lugar, pelo governador aceitar um acordo que até então não havia sido estabelecido pelo Império com sua diplomacia e, em segundo, pela possível perda do Império de seus territórios.¹⁷¹

Este aspecto trazido por Caldeira, quanto as invasões bolivianas a Jauru, é outro exemplo que auxilia na construção do conhecimento desse campo histórico, uma vez que não está presente em Luís Santos, e demonstra uma nova análises sobre as relações exteriores, com um maior aprofundamento.

¹⁶⁹ Id.

¹⁷⁰ Id.

¹⁷¹ Id.

Caldeira também realiza uma análise das primeiras discussões sobre os tratados de limites nessa fronteira, Império e Bolívia, a partir desses ocorridos, demonstrando a ideia imperial sobre as dificuldades com a problemática fronteira boliviana, já observada em nossa fonte.

No campo das atuações diplomáticas, Ponte Ribeiro é citado por Caldeira quando este diplomata teve, em 1836, a missão de não apenas determinar as fronteiras com a Bolívia, a partir da ideia do *uti posseditis*, mas, também, na devolução dos escravos da província de Mato Grosso que fugissem para a Bolívia. Como havia o interesse boliviano de se abrir uma estrada entre a Bolívia e a província do Mato Grosso, foi observado por Ponte Ribeiro que não haveria problemas com essa intenção. Porém, os donos de escravos nesta província entendiam que tal estrada facilitaria ainda mais a fuga de cativos para a república vizinha, demonstrando o embate entre os interesses imperiais e das elites limítrofes¹⁷². Assim, o autor apresenta um apanhado geral sobre as negociações dos tratados sobre limites, a fim de demonstrar que essas fronteiras já passavam por crises desde a época colonial, Espanha e Portugal, além de nesse período estudo encontrarem-se dentro do debate entre o interesse do governo do Rio de Janeiro e o interesse das elites que encontravam-se nos limites do Império.

Ao voltar para o contexto entre o Império e a Bolívia, em outra tentativa de negociação, houve o interesse boliviano em se tratar as questões fronteiriças quando uma proposta, de relações comerciais entre a Bolívia e a Europa, foi proposta por empresários desse continente. Assim, a intenção boliviana era de obter, junto ao Império, o direito de navegação nos rios brasileiro, para poder sair ao norte deste país, indo à Europa. Porém, devido as desorganizações no próprio campo diplomático dos dois lados, tal proposta de acordo foi deixada de lado¹⁷³.

De forma geral, podemos observar que em todo esse período, o governo imperial desejava o estabelecimento das fronteiras e, em troca, daria a Bolívia o direito a livre navegação. Entretanto, havia também o desejo brasileiro de receber de volta os escravos que haviam fugido do Império para essa república. Dessa forma, entendemos que as buscas por acordos, já contextualizadas no primeiro capítulo a partir de Luís Santos, ganham aqui mais uma interessante adição, por entendermos, segundo Caldeira, que houve a tentativa de negociação também em relação aos fugitivos. Em outras palavras, as discussões diplomáticas que observamos no primeiro momento dessa monografia traziam

¹⁷² Id.

¹⁷³ Id.

consigo, também, o desejo do Império em não apenas tratar de seus limites e do comércio, mas também, encontrar uma solução para esses cativos brasileiros em solo boliviano.

E é com Ponte Ribeiro que desiste-se das negociações que busquem reaver esses cativos, passando a confronto com o interesse das elites fronteiriças. Isso, em parte, devido ao “constante traslado de populações no entorno da fronteira que contribuíam decisivamente para aumentar o clima de tensão das zonas limítrofes e causar prejuízos econômicos decorrentes da instabilidade jurídica da região”.¹⁷⁴ Ou seja, os interesses fronteiriços e econômicos do Império sobrepujaram o desejo das elites localizadas próximas à Bolívia em ter novamente seus cativos.

Por fim, concluímos que os estudos apresentados visam ir além de nossa fonte, buscando adicionar maiores informações ao estudo de Luís Santos, analisando as ligações que a história diplomática oferece, como o estudo da vida e atuação de um diplomata brasileiro e questões como a escravidão, que deixam clara a presença e a importância de estudos sobre as relações exteriores para a construção de novas pesquisas e análises.

3 HISTÓRIA E RELAÇÕES EXTERIORES – A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA E POSSÍVEIS QUESTIONAMENTOS

O terceiro e último capítulo procurar apresentar um pequeno recorte histórico sobre o contexto em que a obra, que nos serviu como fonte, foi lançada, no ano de 2002. Além disso, pretende-se também sugerir alguns questionamentos quanto aos possíveis interesses na construção da obra e o alcance que essa estabeleceu.

3.1 O CONTEXTO DA OBRA

O Império e as repúblicas do Pacífico foi publicado em 2002. Este ano foi marcado por uma alteração no contexto das relações exteriores brasileiras, uma vez que Luiz Inácio Lula da Silva assumia a presidência do Brasil, após oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso. Podemos entender então que a obra de Luís Santos foi produzida ainda no período do governo FHC. Por isso, acreditamos ser necessário apresentar alguns pontos sobre a política desse governo, para que nos próximos itens

¹⁷⁴ Id.

desse capítulo possamos observar as questões íntimas à obra e seu alcance.

Com esse objetivo delimitado, observamos em Luiz Felipe Lampreia¹⁷⁵ uma análise que nos apresenta uma visão geral sobre o contexto político brasileiro em que a obra de Luís Santos foi realizada. Lampreia discute a importância que a consolidação da democracia e a estabilidade econômica do governo de FHC tiveram no processo de favorecimento do Brasil no intuito de se firmar perante o mundo como uma nação estável, que passou a atuar de forma contundente em suas relações exteriores, superando as crises de seu passado recente, como, por exemplo, a conturbada abertura democrática no pós-ditadura militar. Ou seja, esse período é marcado por uma busca de afirmação do Brasil como um “país sério” perante o resto do mundo, superando heranças que geraram desconfiança, tanto no campo político como econômico¹⁷⁶.

Nesse período, a política brasileira passou a demonstrar sua preocupação com os direitos humanos e com a liberdade no campo político. Na economia, o plano real e a estabilidade que este trouxe a nação também serviram para gerar um olhar sobre o Brasil de uma nação em franco desenvolvimento. Um país que, como observado por Lampreia, fazia crescer seu valor no campo externo a partir de medidas que estabilizavam, em grande parte, o seu setor interno¹⁷⁷.

Dentro de um contexto de globalização, a indústria brasileira teve dificuldades em encontrar estabilidade e nesse campo, como observado pelo autor, existiram vencedores e perdedores. Mas isso seria inevitável, uma vez que o contexto mundial da globalização trazia esse risco para todo o campo financeiro e de investidores. E as perdas ocorridas por alguns são justificadas pela necessidade do Brasil de se introduzir nesse campo mundial da economia, abrindo suas portas para os negócios externos. Por um lado essa posição do autor, positiva aos comércios internacionais, também não esqueceu que as crises mundiais afetaram diversas nações, uma vez que se criou uma rede de interdependência econômica¹⁷⁸. Em resumo, “a globalização, portanto, tem sido favorável ao Brasil, mas suas distorções, seus excessos, sobretudo na área financeira, geram graves problemas, aos quais nenhum país do mundo, por mais poderoso, pode-se julgar

¹⁷⁵ LAMPREIA, L. F. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 41, n.2, Brasília, Julho/Dezembro, 2008. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000200001&script=sci_arttext. Acesso em: 18 de Março.

¹⁷⁶ Id.

¹⁷⁷ Id.

¹⁷⁸ Id.

imune”¹⁷⁹.

Dentro de um contexto global, que já não permitia às nações um isolamento político, com fins a evitar tais crises, é nos apresentado, pelo autor, um Brasil que buscava uma participação transformadora para os problemas mundiais, espelhando-se nos desejos internos, aonde a situação social era vista como uma mazela a ser combatida e, caso superada, somar-se-ia com a estabilidade democrática e a força do real, aumentando a já crescente credibilidade brasileira¹⁸⁰.

Já no que tange as relações internacionais, o governo de Fernando Henrique Cardoso buscava recuperar um “tempo perdido” no Brasil, onde as políticas protecionistas e a não abertura de sua economia no passado, são colocadas como um atraso ao desenvolvimento da nação. Assim, de forma didática, o autor apresenta questões que servem para um melhor entendimento de como o Brasil buscou enfrentar esse atraso. São elas: o que o Brasil deseja? Como o Brasil deseja relacionar-se? Qual é o mundo que desejamos?¹⁸¹

As respostas para isso se baseiam nas relações abertas do Brasil com o mundo que buscaram estabelecer um comportamento transparente, visando o diálogo e a cooperação, com o objetivo de se firmar parceiros, tanto para a obtenção de trocas comerciais, como também para soluções em áreas como os direitos humanos, políticas públicas e o meio ambiente. Além disso, a não intervenção e o respeito a soberania de cada Estado, buscando soluções pacíficas para litígios, foram características dessa política internacional brasileira¹⁸².

Nesse contexto, o autor entende que a ideia de “autonomia pela integração” mais se aproxima das posições tomadas por Fernando Henrique Cardoso. Exemplo desse ideal está nas relações estabelecidas com o MERCOSUL onde, de acordo com Lampreia, mesmo tendo que abrir mão de certos direitos da soberania nacional, esses grupos econômicos trariam benefícios, como o fortalecer das economias participantes, por oferecer maiores investimentos interessados nesse conjunto de nações. Houve também a posição brasileira de aderir ao *Tratado de Não proliferação Nuclear* e com isso alcançar

o objetivo prioritário do Presidente Fernando Henrique Cardoso de resgatar as

¹⁷⁹ Id.

¹⁸⁰ Id.

¹⁸¹ Id.

¹⁸² Id.

'hipotecas' que ainda pesavam sobre a credibilidade externa do País, como também ocorreu com nossa adesão ao CTBT (Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares) e a decisão de submeter ao Congresso a aceitação pelo Brasil da competência jurisdicional da Corte Interamericana de Direitos Humanos¹⁸³.

Assim, a “autonomia pela integração” se entende por alcançar uma posição de destaque mundial a partir de medidas que levam ao bom relacionamento e o estabelecer de acordos e alianças mútuas. Para citar alguns exemplos, com fortalecimento da imagem brasileira, foi possível alcançar uma atuação muito mais contundente nas relações internacionais, como os acordos de paz entre Equador e Peru, ministrado por Fernando Henrique Cardoso, a atuação brasileira em auxiliar o processo eleitoral no Paraguai, onde a democracia estava ameaçada, e a participação brasileira nas forças de paz das Nações Unidas¹⁸⁴.

Por fim, podemos citar alguns fatos ocorridos no governo Lula que tocam as questões da diplomacia nacional dos dias atuais com as nações do Pacífico, com o fim de mostrar ao leitor que o assunto sobre as diplomacias dificilmente se esgota em si mesmo, sempre tendo novos ocorridos e negociações a serem pesquisadas e analisadas.

A exemplo disso, observamos a decisão de Evo Morales em nacionalizar o gás e o petróleo boliviano, afetando empresas estrangeiras na Bolívia, entre elas, a brasileira Petrobrás. Outro acontecimento foi a crise diplomática entre Colômbia, Equador e Venezuela, em 2008, quando o exército colombiano invadiu o território equatoriano para enfrentar os integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que haviam fugido para o Equador, após combate na Colômbia. Nesta situação, Celso Amorim, então ministro das relações exteriores, afirmou que “o Brasil se sentia ameaçado indiretamente por um conflito na região” e condenou o ataque militar colombiano. A fim de se buscar a paz, o governo brasileiro propôs que fosse através do diálogo que houvesse um fim para esse litígio, buscando evitar um conflito armado na América do Sul.

As questões referentes ao governo equatoriano, Rafael Correa, nos servem de exemplo quando, também no ano de 2008, determinou o embargo dos bens da construtora brasileira *Odebrecht* e exigiu uma indenização por falhas no funcionamento da central hidrelétrica *San Francisco*, construída por essa empresa, e que após um ano de

¹⁸³ Id.

¹⁸⁴ Id.

ser finalizada, deixou de funcionar. Além disso, Correa também pretendeu expulsar a Petrobras do Equador, como aconteceu à *Odebrecht*, e nacionalizar o campo de petróleo explorado por essa empresa. Este governo tinha, na verdade, a intenção de assinar uma renegociação do contrato de exploração, ocorrido dias depois, com a confirmação da Petrobras sobre o novo acordo com o Equador.

3.2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E QUESTIONAMENTOS

Antes de apresentar alguns comentários sobre os estudos das relações internacionais e levantar questões sobre quais poderiam ser as motivações que Luís Santos teve para formular a obra que nos serviu de fonte nessa monografia, acreditamos ser necessário apresentar uma pequena biografia deste pesquisador.

Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos nasceu no Rio de Janeiro em 18 de setembro de 1960. Possui bacharel em Geografia e mestrado e doutorado em História pela UnB. Pelo Instituto Rio Branco, tem bacharel em Diplomacia e pós-graduação em Ciência Política pela *New York University*. Em relação ao seu trabalho,

como diplomata serviu no Escritório Financeiro do Itamaraty (Nova York) e nas Embaixadas do Brasil na Cidade do México, Washington, Montevidéu e Quito. Hoje, desempenha-se como Ministro-Conselheiro da Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa¹⁸⁵.

A partir dessas informações, podemos observar que os interesses do autor estão intimamente ligados às relações exteriores, pois sua formação em diplomacia evidencia isso. Esse interesse também aparece relacionado ao continente americano nos diversos livros lançados pelo autor¹⁸⁶, bem como os inúmeros artigos e capítulos em livros já escritos por Gomes Santos¹⁸⁷.

Como visto anteriormente, o contexto da política brasileira, na época em que essa obra estava sendo realizada, era de um período em que o Brasil buscava uma afirmação

¹⁸⁵ Dicionário Biográfico em: <http://www.ihgb.org.br/dicbio.php?id=00083>. Acesso em 18 de Março.

¹⁸⁶ *Duarte da Ponte Ribeiro*: pionero de la diplomacia y amistad entre Brasil y Perú. Lima: Embajada de Brasil, 2012. 131p.; *O Evangelho do Barão*: Rio Branco e a identidade brasileira. São Paulo: Editora da UNESP, 2012. 173p.; *Rio Branco*: 100 Anos de Memória. Brasília: Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 79p.; *O Dia em que Adiaram o Carnaval*: política externa e a construção do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 278p.; *O Brasil entre a América e a Europa*: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora UNESP, 2004. 160p.

¹⁸⁷ Dicionário Biográfico em: <http://www.ihgb.org.br/dicbio.php?id=00083>. Acesso em 18 de Março de 2013.

no campo exterior, principalmente em resultado das dúvidas que se tinham sobre essa nação no campo global, devido ao atraso econômico e ao período de instabilidade política, iniciado ao fim da ditadura militar, quando o sistema brasileiro já apresentava dificuldades em se manter em meio a uma nova ordem mundial, após a queda da URSS, onde não existia mais a dicotomia capitalismo/comunismo. Dessa forma, a ditadura não se encontrava mais em posição de comandar o país, já que o “medo comunista” havia deixado de existir. Posterior a isso, as crises com o governo Collor e a alta inflação aumentaram ainda mais a desconfiança em relação ao Brasil no campo mundial.

Por tanto, podemos questionar se o interesse da obra de Gomes Santos estaria ligado a esse contexto brasileiro, que buscava ser reconhecido internacionalmente, uma vez que o livro em questão analisa as relações exteriores do Império do Brasil que, após alcançar uma estabilidade interna, atuou ativamente para ser reconhecido como uma potência por seus vizinhos na América do Sul. Além disso, as negociações do MERCOSUL estão nesse mesmo contexto, em que a obra pode ter se direcionado a compreensão da história dos primeiros acordos comerciais no continente sul-americano.

Por fim, a diplomacia imperial representa as primeiras atividades do Brasil neste campo político, o que se pode ligar a importância dada por FHC às relações exteriores que, como visto anteriormente, tiveram uma grande importância no objetivo de consolidar uma imagem positiva do Brasil para o resto do mundo.

3.3 O ALCANCE DESTA OBRA E OS ESTUDOS DIPLOMÁTICOS

Como dito anteriormente, o livro de Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos foi escolhido como objeto de nossa análise por ser uma obra singular no que tange o estudo a cerca da diplomacia do Império do Brasil com as nações andinas. Por tanto, se fez necessário uma observação quanto ao alcance que essa obra teve, a fim de demonstrar sua importância para a historiografia. Fato esse que é citado na introdução dessa monografia e observado já no prefácio da obra, escrito pelo sociólogo e diplomata Paulo Roberto de Almeida:

Com efeito, o jovem historiador Luis Cláudio Villafañe Gomes Santos decidiu explorar terras e povos que não costumam frequentar o cenário da produção histórica brasileira, ou pelo menos não, com tal grau de detalhe, o *cahier de route* de nossa história diplomática do Oitocentos. Ao que eu saiba, trata-se do primeiro estudo abrangente, sistemático e de longa duração, sobre como, porquê e sob quais condições a diplomacia imperial formulou e executou uma política externa

especificamente desenhada para as repúblicas americanas do Pacífico¹⁸⁸.

Devido a historiografia brasileira não apresentar um grande número de pesquisas sobre esse campo de estudo, lembramos aqui os demais estudos, que já tiveram sua presença na revisão bibliográfica do segundo capítulo, como por exemplo: “*Fugas para a Bolívia: o asilo territorial concedido aos cativos brasileiros (1825 – 1832)*” de Newman di Carlo Caldeira, “*O Brasil e a Guerra do Pacífico: As relações do governo brasileiro com Chile, Bolívia e Peru (1879-1890)*” de Rafael Canavaze e “*RealPolitik do Império nas Repúblicas do Pacífico: Atuação de Varnhagen – 1863-1867*” de José Augusto Ribas Miranda. Além desses, há ainda outras obras que citaram o livro fonte em questão. São elas: “*A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica*”¹⁸⁹, de João Paulo G. Pimenta; “*Relações Brasil-Peru-Ecuador: solução do conflito de fronteiras de 1941*”¹⁹⁰ de Ronaldo Pereira Gonçalves; e “*As perdas territoriais do estado boliviano (1825-1935)*”¹⁹¹ de Fernando Siliano Reyes.

Com isso, podemos observar que a nossa fonte obteve relativo alcance entre as pesquisas sobre esse campo de estudo. Porém, devemos observar que a obra *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*, lançada em 2004, pela editora UNESP, obteve ainda um maior reconhecimento, sendo esta a continuação das pesquisas de Luís Santos, tendo sido apresentada como a tese defendida para obtenção do doutorado na UnB pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, com o objetivo de prestigiar duas obras que auxiliaram na construção dessa monografia e estão ligadas ao estudo das relações internacionais, presente aqui nesse capítulo, com o contexto e questões a se levantar, citamos *O Estudo das Relações*

¹⁸⁸ SANTOS, op. cit. p. 7.

¹⁸⁹ PIMENTA, João. *A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica*. Revista de Historia Iberoamericana, Vol. 1, Nº. 1, 2008, págs. 70-105. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3620922>. Acesso em: 18 de Março.

¹⁹⁰ GONÇALVES, R. P. *Relações Brasil-Peru-Ecuador: solução do conflito de fronteiras de 1941*. Disponível em: http://ronaldogoncalves.com.br/artigos/Artigo_27.pdf. Acesso em: 18 de Março;

¹⁹¹ REYES, F. S. *As perdas territoriais do estado boliviano (1825-1935)*. GEOUSP: espaço e tempo, n.26, especial, 2009. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs2.2.4/index.php/geousp/article/viewArticle/170>. Acesso em: 18 de Março.

Internacionais no Brasil: Um diálogo entre diplomacia e a academia de Paulo Roberto de Almeida, e a obra *O estudo das relações internacionais: Teorias e Realidade* de Henrique Jorge Medeiros Marinho. Ambas as obras serviram como guias para que se alcançasse um entendimento maior sobre as relações internacionais, e como este se deu na obra analisada. Por tanto, mesmo elas servindo apenas como uma base de conhecimento, mas não sendo aprofundadas nesse trabalho, é necessário referenciá-las, dando o devido crédito por auxiliarem na construção dessa monografia.

Após esse levantamento das obras posteriores a nossa fonte, é necessário então reafirmar aqui outro objetivo dessa monografia, que sem qualquer pretensão de se ver como de igual valor ao lado das pesquisas comentadas, visa apenas demonstrar a importância que se tem os estudos sobre as relações exteriores, ao ter buscado resumir o livro *O Império e as repúblicas do Pacífico*, longe de desvalorizá-lo com isso, mas sim, obter um quadro geral das informações contidas nele e, com elas, realizar um levantamento bibliográfico, objetivo esse que cabe a uma monografia. Por fim, confirmar outro objetivo, que buscou demonstrar a importância do estudo de Luís Santos, uma vez que esse esteve presente e está ainda nos estudos, mesmo que ainda poucos, da historiografia brasileira, no que tange as relações exteriores do Império com o Pacífico.

É necessário deixar claro, por fim, que em nenhum momento foi alvo desta monografia tratar essa obra como um guia de qualidade imensurável e outros adjetivos que deixem de lado a modéstia e a realidade dentro das análises históricas. Foi objetivo sim, apenas demonstrar que tal estudo merece seu reconhecimento e, aliado a ele, essa monografia buscou trazer um apanhado geral, guardadas as proporções que esse gênero de pesquisa tem, com fins a valorizar também todos aqueles, não apenas os citados e referenciados, que ajudam na construção dos estudos diplomáticos. Dessa forma, oferecemos até mesmo em um pedido de desculpas, aos pesquisadores e estudiosos dessa área, que por diversas questões, aqui não tiveram suas obras utilizadas. Isso sendo uma proposta para a melhora dessa pesquisa, num futuro próximo, podendo então contemplar um número maior de pesquisas desses que, cada vez mais, auxiliam na construção dos estudos sobre as relações exteriores do Império do Brasil e as nações do Pacífico.

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina*; volumes III, IV e V. São Paulo: Edusp, 2008.

CANAVEZE, R. *O Brasil e a Guerra do Pacífico: as relações do governo brasileiro com Chile, Bolívia e Peru (1879-1890)*. (FCL – UNESP/ASSIS – Pós-graduando) In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão, ANPUH/SP – USP. Anais... São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. CD-ROM.

DICIONÁRIO BIOGRÁFICO, disponível em: <http://www.ihgb.org.br/dicbio.php?id=00083>. Acesso em: 18 de Março.

KARNAL, Leandro... [et al.]. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2008.

LAMPREIA, L. F. *A política externa do governo FHC: continuidade e renovação*. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 41, n.2, Brasília, Julho/Dezembro, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000200001&script=sci_arttext. Acesso em: 18 de Março.

PIMENTA, João. *A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica*. Revista de Historia Iberoamericana, Vol. 1, Nº. 1, 200.

REYES, Fernando S. *As perdas territoriais do estado boliviano (1825-1935)*. Disponível em: <http://citrus.uspnet.usp.br/geosp/ojs2.2.4/index.php/geosp/article/viewArticle/170>. Acesso em: 18 de Março.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Império e as Repúblicas do Pacífico: as Relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia – 1822/1889*. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Resenha de: ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Estudo das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco Editora, 1999, 304p. In: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 42, n.1, Brasília, Janeiro/ Junho, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000100013&script=sci_arttext. Acesso em: 18 de Março.